

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 25ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.246

Declara de utilidade pública a entidade Cultivar Soluções Ambientais, com sede no Município de Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Cultivar Soluções Ambientais, com sede no Município de Machado.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de abril de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/4/2019

Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes e Gustavo Santana

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Guilherme da Cunha; aprovação – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 594 e 602 a 605/2019; Requerimentos nºs 607, 619 a 625, 627 a 646, 648 a 659, 662 a 676 e 678/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Cultura e de Saúde – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Delegado Heli Grilo, Sargento Rodrigues e Betão, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Doutor Jean Freire e Cleitinho Azevedo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (8) – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Zé Guilherme, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para registrar que ontem, no meu pronunciamento, mencionei que havia sido rejeitada pelo Congresso Nacional a Emenda de nº 6 ao projeto nº 1.321 e, na oportunidade, conclamei os colegas a apoiarem o Projeto de Lei nº 15, mas a informação está equivocada. Se possível, gostaria que a ata fosse retificada para constar nos registros da Casa. A emenda que foi rejeitada pelos colegas em Brasília foi a de nº 4 e não a de nº 6. Foi a Emenda nº 4 que impediu a devolução dos recursos do fundo partidário pelos partidos que assim o desejassem para que fossem aplicados em saúde, segurança e educação. Então, Sr. Presidente, solicito que, se possível, seja retificada a ata, de forma que onde consta Emenda nº 6 passe a constar Emenda nº 4. Renovo o convite a todos os colegas para que entrem em contato com os seus colegas de partido em Brasília e os conclame a apoiarem o Projeto de Lei nº 15/2019, que permite, que dá aos partidos que assim o desejarem a liberdade de promoverem a devolução dos recursos não utilizados do fundo partidário para a saúde, a segurança e a educação, por ser este o principal interesse da população e por ser, certamente, o melhor para o nosso país.

O presidente – Deputado, nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, V. Exa. pode rever seu pronunciamento, que será publicado após a revisão no *Diário do Legislativo*. Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 594/2019

Dispõe sobre a implantação de Dispositivo Móvel para Boca de Lobo no âmbito do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizada a implantação de Dispositivo Móvel para Boca de Lobo nos logradouros públicos do Estado de Minas Gerais, como forma de prevenir e minimizar os problemas causados pela migração de pragas urbanas presentes nas redes coletoras de água de chuva e esgoto, minimizar a emissão de odores, bem como evitar acúmulo de resíduos.

Art. 2º – O Dispositivo Móvel para Boca de Lobo é uma válvula de retenção instalada no interior das bocas de lobo, que permite o livre escoamento de líquidos para dentro do canal, mas que obstrui a saída de animais daquele equipamento urbano e retém o lixo da vala de drenagem fluvial.

Art. 3º – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 1º de abril de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: O Dispositivo Móvel suprime a utilização de produtos químicos no combate às pragas urbanas, pois constitui em barreira física contra a migração desses animais que infestam as redes coletoras de água e esgoto das nossas cidades. Os pequenos materiais, que normalmente são carregados diretamente para dentro das redes coletoras de água, ficam retidos na superfície, o que facilita o processo de limpeza da boca de lobo. Uma vez que ele permanecesse sempre fechado, esse tipo de equipamento minimiza a emissão de odores, principalmente no verão. Com tudo isso, a incidência de doenças causadas pelos animais que abundam os nossos municípios, inclusive dengue e outras, reduzir-se-ão consideravelmente em nosso Estado. Os casos de alagamentos provocados por entupimento das vias de escoamento da água de chuva serão minimizados consideravelmente. Assim, acreditamos que a adoção desses mecanismos significará expressiva redução de despesa pública para os itens de saúde e manutenção urbana, e exponencial melhoria da qualidade de vida da população.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 602/2019

Dá denominação a trecho da Rodovia MG 295, entre o município de Bueno Brandão e o município de Inconfidentes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Rodovia Prefeito Élzio Barbosa de Alencar, o trecho da Rodovia MG 295, que liga o município de Bueno Brandão ao município de Inconfidentes.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de abril de 2019.

Deputado Duarte Bechir, Presidente da Comissão de Redação e Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PSD).

Justificação: Esta proposição vem prestar justa homenagem ao Dr. Élzio Barbosa Alencar, filho de Lapemberg Passos de Alencar e Maria Adélia Garcia Barbosa. Nasceu em 24 de dezembro de 1926, na cidade de Iguatama-MG e veio a falecer em 26 de agosto de 2013 no município de Bueno Brandão.

Estudou no Colégio Arnaldo em Belo Horizonte, onde se radicou.

Como funcionário do Banco de Minas Gerais, foi transferido para Bueno Brandão em maio de 1948, onde conheceu Nélida Coli de Alencar, com quem veio a se casar em 1953, e teve dois filhos – Élzio José de Alencar e Elder José de Alencar. Novamente transferido, desta vez para Divinópolis – MG, demitiu-se e se manteve em Bueno Brandão, onde permaneceu até o seu falecimento. Élzio Barbosa de Alencar formou-se em Direito na cidade de Pouso Alegre – MG, sendo posteriormente professor na área de Direito Civil. Atrélada à formação, foi Delegado de Polícia Civil no Município de Bueno Brandão. Trabalhou também no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nas cidades de Bueno Brandão, Caxambu e Pouso Alegre. Na vida pública, Dr. Élzio, como era conhecido, foi prefeito de Bueno Brandão de janeiro de 1983 a dezembro de 1988, quando, além de outras melhorias, construiu a primeira creche do Município, que mais tarde seria utilizada para escola municipal. Foi ainda vice-prefeito por outros três mandatos: 1993 a 1996, 2005 a 2008 e 2009 a 2012. Dr. Élzio também agiu em outras frentes. Lutou diretamente na vinda da primeira verba para construção do Hospital e Maternidade Senhor Bom Jesus, o qual foi fundado em 02 de julho de 1959, e que se encontra em funcionamento, estando prestes a completar 60 (sessenta) anos. Na área educacional, junto com os senhores Paulo José Andery e Artibano Rossi, ajudou a fundar o "Ginásio", hoje com a nomenclatura Escola Estadual Bueno Brandão. Foi ainda fundador do time Guabiroba Futebol Clube e tesoureiro na construção da Igreja São Benedito, referência arquitetônica e com forte simbolismo junto à população bueno-brandense. Por tais predicados e por tudo mais que realizou em prol do bem comum torna-se o Dr. Élzio Barbosa Alencar, digno desta singela homenagem.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 603/2019

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de São Pedro II, com sede no Município de Espinosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de São Pedro II, com sede no Município de Espinosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

Justificação: A Associação Comunitária dos Moradores de São Pedro II tem como finalidade contribuir para a promoção integral da pessoa humana, realização de estudos e levantamentos socio-economicos da comunidade, implementação de ações visando a melhoria das condições de vida da comunidade, promover e difundir a cultura através de estudos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 604/2019

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural Estrela Brilhante, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Rural Estrela Brilhante, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

Justificação: A Associação tem como finalidade promover a produção agrícola e pecuária, prestar de serviços que possam contribuir com o fomento da vida de seus associados, congregar Instituições e pessoas interessadas em melhorar as condições gerais de vida e de bem estar social na comunidade, promover eventos sociais e recreativos, apoiar e incentivar programas e projetos de assistência às crianças e adolescentes, criar escolas que atenda crianças e adultos da comunidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 605/2019

Declara de utilidade pública o Instituto Calebe, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Calebe, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 2019.

Deputado Elismar Prado, Vice-Líder do Bloco Democracia e Luta (PROS).

Justificação: O Instituto Calebe é uma entidade civil sem fins lucrativos de prazo de duração indeterminado, com sede e foro no Município de Uberlândia.

A entidade tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida e do bem-estar da comunidade onde atua.

Entre os objetivos da entidade estão desenvolver projetos e campanhas para o incentivo à educação em regiões de baixa renda e realizar ações de cuidado e orientação com crianças e jovens, estreitando suas relações com o ambiente escolar e a sociedade. O instituto visa também o desenvolvimento de práticas de educação ambiental, cuidado com a fauna e a flora local, além do controle da população de animais domésticos através do serviço de esterilização.

Insta salientar, por fim, que a entidade presta serviço de caráter gratuito e permanente, sem fazer discriminação das pessoas atendidas, priorizando as ações voltadas para a assistência social.

Ante o exposto, torna-se imperativa a aprovação deste projeto por nossos ilustres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 607/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o retorno dos vigilantes às escolas estaduais. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Segurança Pública. Anexe-se ao Requerimento nº 580/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 619/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam liberados recursos financeiros para o Hospital da Criança, no Município de Uberaba, onde faltam aparelhos hospitalares, ambulâncias, insumos básicos e mão de obra. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 620/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para instaurar inquérito civil com a finalidade de apurar a matança de cães no Município de Lamim, tendo em vista a suspeita de envenenamento de oito cães nas madrugadas de 23 e 24 de março de 2019.

Nº 621/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja aberto inquérito administrativo para investigar o tenente da Polícia Militar de Passos acusado de um grave crime ambiental de envenenamento de, pelo menos, sete cães e três gatos no município, fato que foi registrado em câmeras de monitoramento.

Nº 622/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Conselheiro Lafaiete pedido de providências para investigar o extermínio de cães no Município de Lamim, tendo em vista a suspeita de envenenamento de oito cães nas madrugadas de 23 e 24 de março de 2019.

Nº 623/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a reforma administrativa tratada pelo Projeto de Lei nº 367/2019, especialmente no que se refere à posição do atual governo em relação às entidades vinculadas a essa secretaria, se serão mantidas ou terão sua estrutura e suas competências alteradas; à intenção do governo em relação às superintendências regionais de meio ambiente – Suprams; e ao organograma, até o nível de diretoria, que se pretende adotar na Semad e nas entidades a ela vinculadas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 624/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Alberto Delpino pelos 54 anos de sua fundação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 625/2019, do deputado Tito Torres, em que requer seja formulado voto de congratulações com a *startup* Gesuas por ter sido premiada como a melhor solução para gestão pública do Brasil na 3ª edição do Programa de Aceleração do BrazilLAB. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 627/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a existência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB – de todas as escolas estaduais de Juiz de Fora. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 628/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre as denúncias de falta de combustível para as viaturas do sistema prisional, conforme reportagem publicada em 28/3/2019 no jornal *O Tempo*. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 629/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o montante de recursos a serem destinados à execução das políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, especificando-se quais ações e projetos serão desenvolvidos no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 630/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à subsecretária de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre os repasses de recursos para as comunidades terapêuticas feitos nos últimos cinco anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 631/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o cronograma de retomada das obras de construção da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Itajubá. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 632/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o cronograma para elaboração do projeto de engenharia rodoviária para pavimentação do trecho Consolação-Cambuí da Rodovia MG-295, constante na Lei Orçamentária de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 633/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para envidar esforços com vistas ao atendimento das demandas apresentadas à comissão durante audiência pública realizada em 20/3/2019, especialmente no que se refere à continuidade e ao fortalecimento das ações da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG –, como a realização de processos de certificação e elaboração de termos de acordo em casos de sobreposição de unidades de conservação sobre terras tradicionalmente ocupadas, de arrecadação e destinação de terras devolutas para povos e comunidades tradicionais, de mapeamento social de povos e comunidades tradicionais, entre outras ações, conforme legalmente previsto; à imediata recomposição, por parte do atual governo, das representações da CEPCT-MG, nos termos da Lei nº 21.147, de 2014; à garantia da disponibilização dos recursos necessários à realização, de maneira regular, das reuniões da CEPCT-MG, incluindo a destinação dos valores correspondentes a diárias e passagens para o comparecimento dos respectivos membros; ao aprofundamento da articulação das políticas de interesse dos povos e comunidades tradicionais no Estado, bem como da atuação dos órgãos e serviços respectivos; à completa regulamentação da Lei nº 21.147, de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; à celeridade na demarcação dos territórios já reconhecidos como pertencentes a povos e comunidades tradicionais; à realização dos fóruns estaduais e locais bianuais, com participação dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, para debater os conteúdos da política e elaborar o conjunto de ações e medidas adequadas à sua implementação, conforme previsão contida no art. 9º da Lei nº 21.147, de 2014.

Nº 634/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações substanciadas em cópia da licitação de viaturas fornecidas pela FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda., tendo em vista a visita realizada pela Comissão de Segurança Pública em 2/4/2019 à concessionária Fiat Valore, que teve a finalidade de certificar as condições das viaturas da PMMG que se encontram no local. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 635/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer sejam encaminhados aos deputados federais por Minas Gerais pedido de providências para apoiar a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea – e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan –, bem como as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos e prejuízos da extinção do referido conselho para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Nº 636/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação da regularidade do pagamento de auxílio pecuniário às famílias da Ocupação William Rosa, em Contagem, em especial sobre o atraso no pagamento do benefício no ano de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 637/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o fortalecimento da política de segurança alimentar, inclusive com a garantia de previsão orçamentária para o

efetivo funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, de monitoramento do IV Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e de realização das conferências regionais e da conferência estadual do conselho.

Nº 638/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governo federal pedido de providências para a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

Nº 639/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de protesto contra o governo federal pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea.

Nº 640/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wilson Witzel, governador do Estado do Rio de Janeiro, pela eleição e condução do governo do Rio de Janeiro, bem como pela atuação séria, firme e enérgica na área da segurança pública naquele estado, especialmente em relação à decisão de destacar atiradores de elite, conhecidos como *snipers*, para atuarem nas Polícias Militar e Civil do Estado.

Nº 641/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Guarda Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para implementar processos de capacitação e formação de policiais militares e guardas municipais em educação para relações étnico-raciais, com ênfase nas peculiaridades e direitos dos povos de terreiro, com a participação e a orientação de entidades e associações atuantes nessa pauta.

Nº 642/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Segurança Pública – Sesp – e de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – pedido de providências para a resolução dos problemas graves constatados na unidade prisional de Barbacena, bem como para a elaboração e o envio à comissão de relatório contendo os problemas detectados na unidade.

Nº 643/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para priorizar, entre as políticas voltadas à promoção e proteção dos direitos humanos no Estado, o fomento, o fortalecimento e a consolidação das ações direcionadas aos povos de terreiro, principalmente por meio da efetiva destinação dos recursos orçamentários necessários.

Nº 644/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja finalizada, com a urgência, a preparação das viaturas que estão sendo equipadas na concessionária Valore Fiat, considerando-se a necessidade de disponibilizá-las para as unidades da PMMG para a realização do policiamento ostensivo.

Nº 645/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada federal Alê Silva, o deputado federal Lincoln Portela e o deputado Bruno Engler por terem participado ativamente das negociações com o governo do Estado sobre a pauta dos servidores da segurança pública.

Nº 646/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Glicério Borges, ex-prefeito de Santo Antônio do Monte. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 648/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada no dia 1º/4/2019, no Município de Betim, que resultou na prisão de indivíduos acusados de tráfico de drogas e na apreensão de 254 barras de substância semelhante a maconha.

Nº 649/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 29/3/2019, no Município de Ataleia, que culminou na prisão de indivíduo acusado de tráfico de drogas.

Nº 650/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os critérios utilizados para justificar a atual proposta de transformação da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas em superintendência, prevista na reforma administrativa em tramitação nesta Casa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 651/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a infração penal ocorrida em Juiz de Fora a que se refere o Redes 2019-013562177-001 seja apurada e a autoria seja identificada.

Nº 652/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações sobre a existência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB – de todas as creches municipais de Juiz de Fora.

Nº 653/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que designem, com urgência, um juiz titular, um promotor de justiça e um delegado de polícia, respectivamente, para a Comarca de Águas Formosas.

Nº 654/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Mércia Campos Pereira, professora por mais de 20 anos em Santo Antônio do Monte. (– À Comissão de Educação.)

Nº 655/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que, nas negociações para implementação, pela mineradora Vale, de uma linha de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho, seja assegurada uma estação ferroviária no centro do Município de Brumadinho, além da que ficará localizada no Museu do Inhotim, objetivando permitir o turismo em outras regiões de Brumadinho e também a melhor mobilidade da população local na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 656/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam adotadas políticas públicas de inclusão, no mercado de trabalho, de pessoas obesas, aliadas à criação de mecanismos para o tratamento da saúde e apoio psicossocial a essas pessoas.

Nº 657/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para o cadastramento de um intérprete de língua brasileira de sinais para as autoescolas de Araxá e região, para acompanhar o candidato na realização da prova escrita de legislação de trânsito, haja vista a dificuldade dos deficientes auditivos em obter a carteira nacional de habilitação por não existir a figura desse profissional na localidade.

Nº 658/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria do Estado de Educação pedido de providências para que sejam atendidas as seguintes demandas relativas à Escola Estadual Dr. Amaro Neves Barreto, apresentadas em visita desta comissão à unidade em 28/3/2019: liberação urgente da verba destinada à caixa escolar, em vista da necessidade de aquisição de itens para a merenda e da execução de obras de manutenção nos banheiros, salas de aulas e sala de professores; reforma da área de entrada; construção de brinquedoteca; retomada da oferta de oficinas de artesanato; oferta de apoio psicológico e socioassistencial aos familiares de alunos com deficiências mais severas; disponibilização de técnico de enfermagem para acompanhamento aos estudantes com maiores necessidades de saúde; e avaliação da possibilidade de implantação do ensino médio na escola. (– À Comissão de Educação.)

Nº 659/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para regularizar o repasse aos profissionais e instituições credenciadas ao Ipsemg para a prestação de assistência médica, hospitalar e odontológica. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 662/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – pedido de informações sobre o cumprimento das metas de trabalho da referida autarquia durante o

atual período de greve de seus servidores públicos e também sobre o noticiado adoecimento de seus servidores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 663/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o montante repassado para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – no ano de 2019, referente às receitas próprias a que o instituto faz jus de 1º de janeiro a 10 de abril. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 664/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para conferir ao Sr. Antônio Hamilton Martins Mourão, vice-presidente da República, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Nº 665/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que assegure a autonomia orçamentária, financeira e administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e informe a esta Casa quais medidas serão tomadas para isso.

Nº 666/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que regularize as contas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, para fins da retomada e da regularização do atendimento dos beneficiários, principalmente da compra de medicamentos e disponibilização dos equipamentos de saúde, conforme a demanda do referido instituto.

Nº 667/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que determine o repasse ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – dos recursos para o pagamento do pecúlio e do seguro coletivo.

Nº 668/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que quite o débito com a rede credenciada, na capital e nos demais municípios, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, garantindo a retomada e a regularização do atendimento dos beneficiários do referido instituto.

Nº 669/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que quite o débito com a Fundação São Francisco Xavier – Hospital Márcio Cunha, visando garantir a retomada e a regularização do atendimento dos beneficiários do Ipsemg.

Nº 670/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG – pedido de providências para que averigue as condições de trabalho na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg –, tendo em vista o adoecimento de seus servidores públicos, relatado na 4ª Reunião Ordinária, ocorrida em 19/3/2019.

Nº 671/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências com vistas a verificar eventual descumprimento de acordo judicial homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 1.0000.17.074119-3/000, em trâmite na 1ª Seção Cível, relatado pelo desembargador Wander Marotta, cujas partes autoras são o Estado de Minas Gerais e outros e a parte ré é a Associação dos Servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Asjuc.

Nº 672/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que sejam convocados os agentes de segurança penitenciários aprovados no processo seletivo simplificado regido pelo Edital nº 1/2018, tendo em vista que esses candidatos foram submetidos a rigoroso curso de formação e estão aptos a reforçar o sistema prisional mineiro.

Nº 673/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre quais unidades públicas de saúde em Minas Gerais estão com obras inacabadas, sua localização e o cronograma de conclusão de

tais obras. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Saúde. Anexe-se ao Requerimento nº 513/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 674/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que suspenda os cortes dos recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, especialmente daqueles vinculados às pesquisas de doenças e epidemias como leishmaniose, malária, esquistossomose e influenza.

Nº 675/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que restabeleça os convênios para a construção do Hospital do Câncer de Poços de Caldas.

Nº 676/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que viabilizem o pagamento ao Hospital das Clínicas Samuel Libânio, no Município de Pouso Alegre, dos repasses financeiros derivados de extrapolações devidos desde o ano de 2015.

Nº 678/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que ajuíze a competente ação civil pública, nos termos do art. 1º, incisos IV e VIII, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e as demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas a combater a prática, pela administração pública estadual, da ilegalidade consistente em deixar de promover o pagamento do 13º salário, e a proceder, em observância à data-base prevista na Lei nº 19.576, de 16 de agosto de 2011, à revisão geral da remuneração dos servidores da segurança pública. (– À Comissão de Administração Pública.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões do Trabalho, de Cultura e de Saúde.

Oradores Inscritos

– Os deputados Delegado Heli Grilo, Sargento Rodrigues e Betão e a deputada Andréia de Jesus proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

– Os deputados Doutor Jean Freire e Cleitinho Azevedo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.291/2015, do deputado Antônio Jorge, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, a sua anexação ao Projeto de Lei nº 4.050/2017, do deputado João Leite, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina a anexação dos Projetos de Lei nºs 5.459/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 536/2019, da deputada Delegada Sheila, ao Projeto de Lei nº 4.050/2017, do deputado João Leite, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei nº 903/2015, do deputado Fred Costa, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, a sua anexação ao Projeto de Lei nº 873/2015, do deputado Sargento Rodrigues, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei nº 816/2015, do deputado Fabiano Tolentino, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, a sua anexação ao Projeto de Lei nº 873/2015, do deputado Sargento Rodrigues, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina a anexação do Projeto de Lei nº 258/2019, do deputado Arlen Santiago, ao Projeto de Lei nº 873/2015, do deputado Sargento Rodrigues, por guardarem semelhança entre si.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina a anexação do Projeto de Lei nº 525/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, ao Projeto de Lei nº 903/2015, do deputado Fred Costa, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina a anexação do Projeto de Lei nº 526/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, ao Projeto de Lei nº 903/2015, do deputado Fred Costa, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina a anexação do Projeto de Lei nº 5.494/2018, do deputado Léo Portela, ao Projeto de Lei nº 903/2015, do deputado Fred Costa, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de abril de 2019.

Gustavo Santana, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 620 a 622/2019, da Comissão de Meio Ambiente, 633, 635, 637 a 639 e 641 a 643/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 640, 644, 645, 648, 649 e 651 a 653/2019, da Comissão de Segurança Pública, 656/2019, da Comissão do Trabalho, 657/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, 664 a 672/2019, da Comissão de Administração Pública, e 674 a 676/2019, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

do Trabalho – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 3/4/2019, do Projeto de Lei n° 357/2019, do deputado João Magalhães, e dos Requerimentos n°s 459/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, e 499 e 500/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes;

de Cultura – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 3/4/2019, dos Requerimentos n°s 253/2019, da deputada Ione Pinheiro, 457 e 462/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, e 505/2019, da Comissão de Educação;

e de Saúde – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 3/4/2019, do Requerimento n° 440/2019, do deputado Elismar Prado (Ciente. Publique-se.).

Questões de ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, mais uma vez, boa tarde. Quero, primeiro, manifestar o meu total apoio aos funcionários da UAI Barro Preto, que estão aqui, na justa luta contra o fechamento dessa unidade. Precisamos entender que, quando estamos discutindo um equipamento público, estamos discutindo atendimento à população; e que, quando se fecha esse equipamento, o prejudicado é o povo. Então, de fato, precisamos fazer, nesta Casa, um amplo debate sobre os serviços públicos, a sua importância e como a privatização não é o caminho para o fortalecimento da prestação dos serviços públicos. (- Manifestação nas galerias.) Quero deixar o registro do nosso apoio também ao Movimento Luta de Classes. Contem com o nosso mandato para o fortalecimento e manutenção da UAI Barro Preto e de todos os atendimentos à população. Presidente, o senhor acha que uma professora é privilegiada? Uma professora da educação básica? O senhor acha que uma mulher trabalhadora rural, que começa a trabalhar antes dos 14 anos, na roça é privilegiada? O senhor acha que uma pessoa que não conseguiu contribuir por 65 anos; que, desde que nasceu, nunca conseguiu formalidade no emprego e tem o reconhecimento disso após 65 anos é privilegiada? Se acharmos que essas pessoas são privilegiadas, de fato vamos concordar com que a reforma da Previdência é necessária. A reforma da Previdência está atacando essas pessoas. Então, se acharmos que uma professora primária é privilegiada ao se aposentar depois de 25 anos de trabalho e que agora tem que se aposentar depois de 30 ou 40 anos dentro de sala de aula, sem toda a sua remuneração; se acharmos que aquela pessoa que não tem condições de sobreviver sozinha não tem direito ao Benefício de Prestação Continuada e, por isso, tem que diminuir seu valor e aumentar a idade dela para recebê-lo; se acharmos que quem está no campo está trabalhando pouco e tem que trabalhar mais; se acharmos que aqueles trabalhadores do comércio, pedreiro, servente de pedreiro, empregada doméstica, que, muitas vezes, não conseguem longo período de contribuição; se acharmos que essas pessoas são privilegiadas, de fato, temos que ter uma reforma da Previdência. Mas, se achamos que essas pessoas, como a professora, a trabalhadora rural, o trabalhador do comércio, não são privilegiadas, mas fazem parte do povo e precisam ter a proteção dos seus direitos, a reforma da Previdência proposta pelo presidente Bolsonaro não é a saída para o País. Se queremos resolver a questão econômica do País, podemos fazer auditoria da dívida pública, que consome muito mais dinheiro público do que a Previdência. Precisamos inverter essa lógica de que, toda vez que se atacam os direitos, surge o discurso do privilégio. Hoje de manhã, tentei lembrar-me dos deputados federais e dos senadores que votaram a favor da reforma trabalhista. Falamos tanto para não votarem a favor daquela reforma. E agora eu queria que esses deputados federais sujassem o pé de lama e fossem conversar com as famílias dos trabalhadores assassinados pela Vale, que não terão

o recebimento justo de sua indenização, porque a reforma trabalhista limitou isso. Falamos para não aprovarem a reforma trabalhista, porque ela prejudicava a classe trabalhadora. E os deputados federais e os senadores, naquela oportunidade, votaram a favor de uma reforma que agora está sendo jogada pela Vale para diminuir as indenizações. É claro que nenhum dinheiro paga pela vida que a Vale tirou, mas não é justa a utilização de uma reforma trabalhista a favor de uma mineradora poderosíssima para retirar o mínimo daquilo a que as pessoas têm direito. Vamos fazer um debate sério sobre a reforma da Previdência. Quero deixar dois convites ou desafios aos nossos colegas que acham que essa reforma é necessária. No dia 11, às 14h30min, discutiremos os impactos da reforma da Previdência para os trabalhadores e para as trabalhadoras da educação em audiência pública da Comissão de Educação. Vamos lá dizer para a professora que ela tem que trabalhar 40 anos, que ela tem que trabalhar 30 anos para ter o seu direito à aposentadoria, porque apenas 25 anos de sala de aula e 50 anos de idade constituem um privilégio que precisa ser retirado. Vou me permitir fazer um convite para participarem da reunião da Comissão de Trabalho, que será realizada no dia 12 e debaterá sobre a aposentadoria das trabalhadoras rurais. Vamos lá dizer às trabalhadoras rurais que o fato de elas trabalharem desde criança até 50 anos de idade é muito pouco; que elas são privilegiadas e que precisam trabalhar mais e contribuir mais para a Previdência Social. É preciso colocar o debate no lugar da realidade da população, para não criarmos falsas ideias de que essa reforma é uma nova Previdência e vai garantir o nosso futuro. Não vai garantir futuro, só vai garantir miséria. Muito obrigada pela oportunidade.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, muito obrigado. Acho que não sou um cara tão burro assim. Tento entender as coisas, mas, às vezes, não consigo entender determinados fatos. Primeiro, o nosso governador, em sua campanha política, da qual não me esqueço, prometeu 150 mil empregos em um ano. Isso está registrado na campanha política dele. Não entendo por que agora começam essas situações de possíveis fechamentos e demissões. Falamos ontem aqui que a Fapemig realiza pesquisas para tentar descobrir a cura para determinadas doenças, como Zika vírus, chikungunya, dengue e outras. Vem a notícia do Cerna, sobre o qual falamos ontem: só no ano passado, 145 mil mulheres foram agredidas fisicamente ou psicologicamente; e só neste ano, em Minas Gerais, 25 mil mulheres. Com atendimento de mais 3 mil mulheres por ano, pode ser que o Cerna também feche suas portas. Existe a possibilidade de fechamento do Voe Minas. Meu Deus do céu, que atraso! O governador foi para o exterior. Será que ele foi a pé? De carro? Não, ele foi de avião. E podemos perder o Voe Minas Gerais, que voa para Almenara, Araçuaí, Araxá, Caratinga Diamantina, Governador Valadares, Ipatinga, Manhuaçu, Patrocínio, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Teófilo Otôni, Uberlândia, Varginha e Viçosa. Vamos ficar ilhados aqui? Não temos empresas de ônibus que sejam 100% boas. As pessoas sofrem com viagens longas de ônibus. Não temos trens. Vamos viajar como? De carro pelas ruas? Agora vem também a notícia de fechamento do Uai. Não dá para entender. Eu tento entender isso, mas não consigo. O que eu penso disso? Será que cortar funcionário, cortar salário é a solução para Minas Gerais sair do buraco em que se encontra? Não tem de procurar empreendimentos, trazer empresas, fazer empréstimos junto a outros bancos, procurar em Brasília ministérios para trazer dividendos e condições de tirar o Estado desse buraco? É justo cortar salários, cortar funcionários? Se depender de mim para tomar posições como dispensar funcionários, diminuir salários, cortar concurso, não contem com Mauro Tramonte, deputado estadual. Não precisam contar comigo. Tento entender, mas não consigo. Deixo aqui a minha indignação quanto a isso. Desculpem-me por eu estar de costas para vocês. Quando a gente fala, tem de ficar de frente para o presidente. Perdão. Sr. presidente, é isso. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 9, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 9/4/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Repórter Rafael Martins, Ulysses Gomes e Bartô (substituindo o deputado Guilherme da Cunha, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Repórter Rafael Martins, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados os Requerimentos nºs 11.723/2018 e 177/2019. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4, 5, 40, 49, 74, 80, 86 a 88, 145, 147, 216, 323, 328, 334 e 500 a 516/2019. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 519/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Presidência da Cemig e à Superintendência de Coordenação e Representação Parlamentar da Cemig pedido de providências para a ampliação do fornecimento de energia para o Distrito Industrial de Araxá, devido à demanda reprimida existente, o que impossibilita a ampliação das empresas já instaladas e impede novos empreendimentos no local. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Ulysses Gomes – Guilherme da Cunha.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique, Inácio Franco, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.117/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Tito Torres. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 620, 670, 671 e 681/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 882/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a cadeia produtiva cafeeira mineira e o atual cenário econômico do setor;

nº 919/2019, do deputado Thiago Cota, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a importância do cavalo manga-larga marchador para a economia mineira;

nº 931/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Sr. Arnaldo Manuel de Souza Machado Borges, pelos 100 anos da criação da ABCZ;

nº 932/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater, no âmbito das políticas públicas da agricultura familiar, o apoio ao cooperativismo e à agroindustrialização;

nº 934/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater –, em especial a situação da Emater-MG, e recolher subsídios para o parecer desta comissão sobre o Projeto de Lei nº 2.725/2015, que tem por objeto a Ater para a agricultura familiar;

nº 935/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação da política estadual de defesa agropecuária, instituída pela Lei nº 23.196, de 2018, e a importância da criação do Fundo Estadual de Defesa Agropecuária – Fundeagro –, como instrumento da referida política;

nº 936/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater as oportunidades e entraves na produção de pescado, seu processamento agroindustrial e a pesca no Estado;

nº 937/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o processo de regulamentação e aplicação da Lei dos Queijos Artesanais do Estado – Lei nº 23.157, de 2018 – e da Lei de Habilitação Sanitária de Estabelecimentos Agroindustriais de Pequeno Porte – Lei nº 19.476, de 2011, alterada pela Lei nº 22.920, de 2018;

nº 938/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja realizada audiência pública para debater a produção, os incentivos e as dificuldades da cadeia produtiva da cachaça artesanal no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Coronel Henrique, presidente – Inácio Franco – Tito Torres.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Professor Irineu, Celinho Sintrocel, Cleitinho Azevedo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Virgílio Guimarães e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Inácio Franco, referente ao Projeto de Lei nº 5.439/2019, encaminhando documento necessário à sua tramitação. A presidência determina a anexação do documento ao respectivo projeto. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 5.238/2018, em turno único (deputado Celinho Sintrocel, em virtude de redistribuição), Projetos de Lei nºs 5.163, no 1º turno, e 5.439/2018, no 1º turno (deputado Professor Irineu, ambos em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.163/2018, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Professor Irineu. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 249, 250 e 341/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 610, 618, 658 e 659/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 885/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de licitação e privatização da BR-135 e o início de cobrança das taxas de pedágio nos postos localizados entre Belo Horizonte e Montes Claros;

nº 942/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a paralisação das obras nas Rodovias MG-320 e MG-760.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 742/2019, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater a urgente necessidade de manutenção e duplicação da BR-262 sob responsabilidade da Concessionária Triunfo Concebra;

nº 833/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Ecovia 135 em Curvelo pedido de providências para acompanhar, analisar e esclarecer as formas de cálculo, investimento e parâmetros sobre os preços praticados nas praças de pedágios instaladas nas rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, sob concessão da Ecovia 135;

nº 839/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Caputira;

nº 840/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Carnaíba;

nº 843/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Carandaí;

nº 844/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Catas Altas da Noruega;

nº 846/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Gonzaga;

nº 847/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Itaguara;

nº 848/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de São Joaquim de Bicas;

nº 849/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Ladainha;

nº 850/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Mário Campos;

nº 851/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Mateus Leme;

nº 852/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Matipó;

nº 853/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Novo Oriente de Minas;

nº 854/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Passa-Tempo;

nº 855/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Paula Cândido;

nº 856/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Senador Modestino Gonçalves;

nº 857/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Sarzedo;

nº 858/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Silveirânia;

nº 859/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Ubaporanga;

nº 860/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica no Município de Jaboticatubas;

nº 876/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Timóteo, para debater a retomada das obras da Rodovia MG-320;

nº 944/2019, do deputado Cássio Soares, em que requer seja formulado voto de congratulações com o jornal *Tribuna do Campo* pelo comprometimento, há 18 anos, com a notícia séria e a informação isenta e de qualidade, marca de sua atuação no Município de Carmo da Mata;

nº 945/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para a instalação de redutor de velocidade na BR-354, entre Candeias e Campo Belo, e a realização de obras de manutenção do trecho da referida rodovia próximo ao Hotel Fazenda Álamo;

nº 946/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a realização de estudo de viabilidade da construção de um viaduto que interligue a Rua Padre Pedro Pinto com a Avenida Pedro I, no sentido norte;

nº 948/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para o recapeamento das vias do Bairro Céu Azul.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Celinho Sintrocel – Douglas Melo.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota, Professor Irineu e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.556/2015, no 1º turno (deputado Glaycon Franco), Projeto de Lei nº 181/2015, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 602/2019, do deputado Thiago Cota, e 689/2019, do deputado Bráulio Braz.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 923/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências com vistas a que realize estudo de linha de crédito de incentivo, a juros baixos, aos municípios para a instalação de energia solar fotovoltaica nas edificações das prefeituras municipais, bem como em suas secretarias, escolas e demais órgãos ligados à administração municipal e câmaras municipais;

nº 947/2019, dos deputados Thiago Cota, Virgílio Guimarães, Professor Irineu, Glaycon Franco e da deputada Laura Serrano, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados a Associação Mineira dos Municípios – AMM –, a Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig –, a Fundação Renova e o Ministério Público Federal para debater os impactos dos acidentes minerários ocorridos no Estado sobre a economia e as finanças públicas, especialmente sobre o repasse de ICMS advindo do Valor Adicionado Fiscal – VAF – dos municípios afetados.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 786/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre o processo de instalação do parque fabril da M. Dias Branco no Município de Juiz de Fora, especificamente a respeito do cumprimento do protocolo de intenções firmado entre o Estado e a empresa no ano de 2014, bem como se a empresa mantém o planejamento de construir a unidade industrial em Juiz de Fora;

nº 788/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao vice-presidente de Investimentos e Controladoria do M. Dias Branco, em Eusébio (CE), pedido de informações sobre a construção do parque fabril da empresa no Município de Juiz de Fora, especificando como estão os protocolos de intenções assinados com o Estado e o município, detalhando se a empresa ainda tem interesse na instalação da fábrica em Juiz de Fora, qual o motivo do atraso para a validação do investimento e, se a empresa tiver desistido de construir o parque fabril no município, que seja informado o motivo;

nº 877/2019, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja realizada audiência pública para a avaliação, inclusive sob o aspecto econômico, das atividades dos circuitos turísticos do Estado;

nº 883/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sebrae-MG, na pessoa de seu presidente, Sr. Roberto Simões, do secretário executivo, Sr. João Cruz, e da diretora-geral, Sra. Fabiana Ribeiro de Pinho, pelos 25 anos de criação da Escola de Formação Gerencial;

nº 918/2019, do deputado Thiago Cota, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a importância do cavalo manga-larga marchador para a economia mineira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Thiago Cota, presidente – Virgílio Guimarães – Laura Serrano.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Bartô e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.763/2015, no 1º turno (deputado Bartô), Projeto de Lei nº 1.934/2015, no 2º turno (deputado Betão), Projeto de Lei nº 575/2015, no 1º turno (deputado Coronel Sandro), e Projeto de Lei nº 1.688/2015, em turno único (deputado Professor Cleiton). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 304, 306, 329, 334, 423 (registrando-se, em todos, o voto contrário do deputado Bartô), 365 e 422/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 724/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja cumprida a previsão do art. 212 da Constituição do Estado de Minas Gerais e seja repassado, no mínimo, um por cento da receita orçamentária corrente ordinária do Estado à Fundação de Amparo e Fomento à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig;

nº 725/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para realizar o pagamento do débito existente com a Universidade Federal de Juiz de Fora, no valor de R\$23.681.650,93, relativo aos projetos aprovados e homologados (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

nº 789/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o Palacete Santa Mafalda, localizado em Juiz de Fora, onde funcionava a Escola Estadual Delfim Moreira, também conhecida como Escola Central, indicando em que fase se encontra a reforma e revitalização dessa edificação, tombada como patrimônio histórico municipal;

nº 790/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros com vistas à conclusão das obras da Escola Estadual Ana Salles, localizada em Juiz de Fora (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

nº 832/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja realizada a análise da qualidade água que abastece a Escola Frei Rogado, de Betim;

nº 864/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que promova ações de caráter educativo, informativo e de orientação com vistas à prevenção da violência doméstica e do feminicídio (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

Registra-se, nesse momento, a presença do deputado Betão.

nº 892/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde pedido de providências para que sejam disponibilizados, na rede estadual de educação, profissionais de psicologia para o acompanhamento de alunos e professores, a fim de trabalhar questões sociais e emocionais que afetam diretamente o processo de aprendizagem e de convívio escolar, fator diretamente relacionado com a violência e o desenvolvimento social (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

nº 953/2019, do deputado Betão, em que requer seja formulado voto de congratulações com o grupo de capoeira Meia-Lua pelo transcurso de seu 57º aniversário e pelos serviços prestados à cultura de Minas Gerais (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

nº 957/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para reativar o transporte dos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para o câmpus de Pirapora, tendo em vista que a suspensão do serviço tem prejudicado o funcionamento regular do curso de pedagogia (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

nº 958/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.476/2015, que institui o Programa Paz na Escola;

nº 959/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a escola de tempo integral no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – Professor Cleiton – Betão – Coronel Sandro.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos e Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes e Raul Belém. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – os contratos de financiamentos dos municípios, cujas garantias de pagamentos são as receitas de transferências relativas ao ICMS e FPM em montante suficiente para o pagamento do principal da dívida e encargos, os quais não estão sendo repassados pelo governo do Estado, aos municípios mineiros, ocasionando o colapso das finanças municipais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 677/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma da Previdência na economia dos pequenos municípios do Estado;

nº 861/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação e o uso dos recursos oriundos da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – (Lei nº 19.976, de 27 de dezembro de 2011), para conhecimento da receita oriunda dessa arrecadação a partir de 28/12/2017, quais despesas foram custeadas por essa taxa e os órgãos a que ela é destinada;

nº 884/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja apurado com a devida urgência os danos coletivos ocorridos no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, derivados do erro da empresa Vale em disparar, por engano, a sirene de alerta de rompimento de barragens nessa localidade, provocando pânico e prejuízos à população;

nº 888/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Wilson Hedy Molinari, localizada no Município de Poços de Caldas, pelos 70 anos de sua fundação;

nº 929/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a paralisação da Mina da Alegria, no Município de Mariana, e seus impactos para a cidade;

nº 960/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para dar publicidade em meio eletrônico, com antecedência mínima de 48 horas, dos valores de todos os repasses devidos aos municípios, para que os prefeitos consigam programar e cumprir suas obrigações financeiras com mais pontualidade e segurança;

nº 956/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 961/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater os diferentes padrões de regionalização administrativa dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta do Estado;

nº 962/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de extinção da Secretaria de Cidades de Integração Regional no âmbito da reforma administrativa do Estado e seus impactos na política de desenvolvimento regional e política urbana;

nº 963/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater com a direção do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – a reorganização das diretorias e o fechamento de escritórios regionais da autarquia;

nº 964/2019, da deputada Rosângela Reis e do deputado Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a regulamentação do art. 25 § 3º da Constituição da República e o art. 42 da Constituição do Estado no que se refere à instituição de aglomerações urbanas e microrregiões em Minas Gerais, inclusive o Projeto de Lei Complementar nº 57/2016, em tramitação nesta Casa;

nº 965/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao Juízo da Vara Agrária da Comarca de Belo Horizonte pedido de providências para suspender os Processos de Reintegração de Posse nºs 3140457-34.2014.8.13.0024 e 3943654-95.2013.8.13.0024 da região da Baixada do Angola, no Município de Ipaba, com vistas a que se evitem eventuais conflitos e se busque acordo sobre a questão;

nº 966/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Ipaba pedido de providências para a publicação do decreto de utilidade pública com vistas à desapropriação do terreno de cerca de 100ha, na região da Baixada do Angola, onde residem 400 famílias desde 2013;

nº 967/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao Comando da 12ª Região de Polícia Militar, em Ipatinga, pedido de providências para que aguarde a efetivação de acordo entre a Celulose Nipo-Brasileira – Cenibra –, a Associação das Empresas da Microrregião do Vale do Aço e os atuais moradores da área da Baixada do Angola, em Ipaba, evitando, assim, potencial conflito em ação de reintegração de posse da área;

nº 969/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça na área de conflitos agrários do Ministério Público do Estado pedido de providências para intermediar, com urgência, acordo entre a Celulose Nipo-Brasileira – Cenibra –, a Associação das Empresas da Microrregião do Vale do Aço, a Prefeitura de Ipaba e os moradores da região da Baixada do Angola, com vistas a que seja regularizada a propriedade dos imóveis dos moradores da referida região;

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Rosa Lemos da Cunha, gerente de Direito Administrativo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, representando o diretor-presidente; os Srs. Gilberto Silva Ramos, secretário de Fazenda Municipal de Contagem, representando o prefeito, presidente da Frente Mineira de Prefeitos – FMP; Rui Gomes Nogueira Ramos, prefeito de Pirajuba, representando o presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM; Celso Alberto Gonçalves Souza, representante da Secretaria Fazenda de Ribeirão das Neves; Hélio Márcio Campos, prefeito de Ouro Branco; Edson Rodrigues Suzart Júnior, prefeito de Luislândia; e Sebastião César Lemos, prefeito de Carmo do Rio Claro; a Sra. Marisa de Souza Alves, prefeita de Bocaiuva; e os Srs. Hideraldo Henrique Silva, prefeito de Boa Esperança; Nelson Alves Lara, prefeito de Guapé; Rossano de Oliveira, prefeito de Coqueiral; Eduardo Cardoso Garcia, prefeito de Cana Verde; Sérgio Avila Batista, gerente de Contencioso do BDMG; Francisco Ferreira, gerente de Negócios do BDMG; e Rodrigo Aparecido Lopes, prefeito de Andradas. A presidência concede a palavra ao deputado Raul Belém, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 981/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre se houve por parte do governo do Estado pedido de estudo para apoiar os municípios em situação de crise financeira, seja por meio de novas linhas de crédito, seja através da suspensão parcial de pagamentos de contratos vigentes;

nº 982/2019, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre o total de financiamentos contratados por municípios mineiros com o referido banco;

nº 983/2019, das deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola e Ione Pinheiro e dos deputados Raul Belém, Fernando Pacheco e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências para que seja suspenso o débito automático dos contratos de financiamento de municípios cuja garantia seja a retenção de repasses do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios, considerando a situação de calamidade financeira em que se encontram os municípios;

nº 984/2019, das deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola e Ione Pinheiro e dos deputados Fernando Pacheco, Marquinho Lemos e Raul Belém, em que requerem seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências para que seja editada norma que suspenda, pelo período de dois anos, as cobranças relativas a financiamentos contraídos por municípios mineiros junto ao banco.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Ione Pinheiro, presidente – Fernando Pacheco – Celinho Sinttrocel.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Bráulio Braz, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Mauri Torres, presidente do Tribunal de Contas, publicado no *Diário do Legislativo* em 15/3/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a deputada e os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 468/2015 (Fernando Pacheco); 96/2015 (Laura Serrano); e 3.637/2016 (Virgílio Guimarães), todos no 1º Turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a saída do deputado Bráulio Braz. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 662/2015 (relator: deputado Fernando Pacheco); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 877/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Fernando Pacheco); pela rejeição, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 947/2015; pela rejeição, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 1.030/2015 (relatora: deputada Laura Serrano). Registra-se o voto contrário da deputada Laura Serrano em relação ao parecer do Projeto de Lei nº 877/2015. Registra-se a saída do deputado Virgílio Guimarães. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.276/2017/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Fernando Pacheco). Registra-se o voto contrário da deputada Laura Serrano. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 464 e 584/2019. Registra-se o voto contrário da deputada Laura Serrano em relação ao Requerimento nº 464/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 635/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Fazenda e de Governo pedido de informações sobre quais medidas o governo pretende tomar para reagir às isenções de ICMS concedidas pelo Estado de São Paulo e evitar a evasão das montadoras de veículos que atuam em Minas Gerais;

nº 978/2019, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja avaliada a oportunidade de apresentação a esta Casa de proposição com o conteúdo do Projeto de Lei nº 1.030/2015, que institui a Política de Inclusão Produtiva de Minas Gerais e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Laura Serrano – Virgílio Guimarães – Fernando Pacheco.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Bráulio Braz (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente

também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os reflexos da Resolução nº 2.227/2018, do Conselho Federal de Medicina, que atualiza critérios para a prática da telemedicina no Brasil, liberando consultas e outros atendimentos a distância. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Leonardo José de Lima, solicitando ajuda para transferir seu tratamento do Caps Esmeraldas para o Napes Ribeirão das Neves, e Aurélio Vidal, diretor da revista *Contexto Minas* e do jornal *Folha Zona Sul*, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/3/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 493, 499, 533 e 557/2019. São recebidos pela presidência para posterior apreciação os seguintes requerimentos:

nº 587/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que sejam liberados os recursos para a conclusão do Convênio do Estado nº 1920/2012, celebrado com a Santa Casa de Poços de Caldas, para a construção do centro de tratamento intensivo – CTI – neonatal/pediátrico e a aquisição de equipamentos;

nº 651/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Rede Fhemig;

nº 652/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual e os desafios enfrentados pela enfermagem, tendo em vista o Dia Nacional de Valorização da Enfermagem, comemorado anualmente no dia 17 de maio;

nº 669/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.032/2015, que dispõe sobre o piso mínimo regional dos profissionais de enfermagem do Estado;

nº 766/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Santa Casa de Caridade de Formiga;

nº 779/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada visita ao Hospital Júlia Kubitschek, em Belo Horizonte, para verificar as condições de funcionamento e de atendimento à população;

nº 791/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a viabilização do funcionamento dos dez novos leitos que foram criados no Hospital Regional João Penido, no Município de Juiz de Fora;

nº 792/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o valor investido pelo Estado para a construção do Hospital Regional de Juiz de Fora;

nº 793/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, especificando a previsão para a finalização das obras, a expectativa para que o espaço seja utilizado; a existência dentro do hospital de algum equipamento, material ou estrutura que pode se deteriorar pela falta de uso, exposição ao tempo ou outra circunstância, com a discriminação dos itens que corram esse risco de deterioração;

nº 794/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde, à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para a reabertura da porta de atendimento do setor de urgência e emergência do Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora;

nº 800/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Ipatinga, para discutir a rede hospitalar do Vale do Aço que atende a microrregião de Ipatinga e Coronel Fabriciano;

nº 815/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam adotados mecanismos de monitoramento da saúde dos profissionais do corpo de bombeiros, polícia militar, defesa civil e polícia civil, que trabalharam ou ainda trabalham na Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em consequência da tragédia ali ocorrida, especialmente daqueles que tiveram contato direto com a lama tóxica;

nº 841/2019, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Sr. Gilmar de Assis, o atendimento e o funcionamento dos blocos cirúrgicos do Hospital Mario Pena e do Hospital Luxemburgo;

nº 842/2019, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para que o Hospital da Baleia explique a sua situação;

nº 845/2019, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a rescisão unilateral dos convênios celebrados entre a Secretaria de Estado de Saúde e os municípios do Estado e esclarecer se essa rescisão não afeta o cumprimento do investimento do índice mínimo constitucional, fixado em 12%, destinado à saúde em 2015;

nº 933/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Unimed Belo Horizonte pela inauguração de seu novo Hospital Unimed – Unidade Betim, que passa a integrar a rede hospitalar do Sistema Unimed no Brasil;

nº 970/2019, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja realizada audiência de convidados para avaliação do desequilíbrio no potencial de resolutividade entre os equipamentos de saúde dispostos nas diversas macrorregiões de saúde do Estado;

nº 971/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja restabelecido, com urgência, o fornecimento de medicamentos ao Município de Ibitiré;

nº 972/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima pedido de providências para realizar fiscalização nos prédios da Alameda do Ingá, no Bairro Vila da Serra, principalmente nos terraços onde há focos de proliferação do mosquito da dengue.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Inês de Miranda Lima, presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos, presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Christiane Mendes Viana, conselheira do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais; e os Srs. Guilherme Gonçalves Riccio, diretor de Assistência à Saúde do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte, representando o provedor desse hospital; Cláudio de Souza, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, representando o diretor dessa faculdade; Hermógenes Vanelli, vice-presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença do deputado Doutor Jean Freire. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Hely Tarquínio. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 975/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre quais unidades públicas de saúde no Estado estão com obras inacabadas, sua localização e o cronograma de conclusão de tais obras;

nº 976/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer sejam encaminhadas ao Conselho Federal de Medicina, ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, à Associação Médica de Minas Gerais e ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, realizada no dia 27/3/2019.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 973/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a humanização da assistência à saúde;

nº 974/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cronograma de conclusão de obras de unidades públicas de saúde no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Marília Campos – Doutor Paulo.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Virgílio Guimarães, Professor Cleiton e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega de diploma referente a voto de congratulações com a Banda São Sebastião, de Brumadinho. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 784/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração – ANM – pedido de providências para que inclua na Resolução ANM nº 4/2019 a proibição de exploração de mineração próximo aos patrimônios culturais e históricos de todo o País;

nº 830/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita ao Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, para a qual seja convidada a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para avaliar a situação da retomada das atividades de mineração na Serra da Piedade e seus impactos no patrimônio cultural;

nº 866/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que, em articulação com a Secretaria de Estado de Fazenda, analise a viabilidade de ser submetida ao Conselho Nacional de Política Fazendária uma proposta de celebração de convênio para convalidação em caráter permanente do incentivo fiscal à cultura em Minas Gerais;

nº 893/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas ao secretário de Estado de Cultura as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 894/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 895/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas à Superintendente do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico em Minas Gerais as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade

debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 896/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 897/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas ao arcebispo metropolitano de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 898/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas à procuradora-chefe da Procuradoria da República do Estado as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 899/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer sejam encaminhadas à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão que teve por finalidade debater os riscos de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade, para conhecimento;

nº 988/2019, dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania pedido de providências para a inclusão de caracterização das famílias circenses do Circo Tradicional Nômade entre os grupos populacionais tradicionais e específicos identificados no CadÚnico, para que possam ter acesso aos programas, benefícios e serviços da política de assistência social;

nº 989/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – pedido de providências para que proceda à realização do censo do Circo Tradicional Nômade do Brasil;

nº 990/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado aos deputados e senadores por Minas Gerais pedido de providências para que busquem soluções que facilitem o acesso dos grupos circenses do Circo Tradicional Nômade aos meios necessários para perpetuar suas tradições, com especial atenção para a viabilização de isenções fiscais para a aquisição de veículos, em moldes similares às já existentes para taxistas e pessoas com deficiência;

nº 991/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para execução orçamentária das emendas de iniciativa popular ao PPAG e à Lei Orçamentária Anual – LOA – de 2019, especificamente a emenda oriunda da Proposta de Ação Legislativa 238/2018, que reservou recursos da Ação 4345 – Reforma, adequação e manutenção de espaços culturais e grupos do programa 138 para possibilitar a implantação da Casa dos Artistas;

nº 992/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer que a comissão acompanhe a formulação do projeto a ser encaminhado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – para reconhecimento da Serra da Piedade como patrimônio cultural da humanidade;

nº 993/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha-MG – pedido de informações sobre a manifestação de anuência dessa autarquia à AVG Empreendimentos Minerários para a concessão de licença prévia concomitante com a de instalação, no processo administrativo de licenciamento ambiental nº 00151/1987/015/2013, do Conselho de Política Ambiental;

nº 994/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – em Minas Gerais pedido de informações sobre a manifestação de anuência dessa autarquia à AVG Empreendimentos Minerários para a concessão de licença prévia concomitante com a de instalação, no processo administrativo de licenciamento ambiental nº 00151/1987/015/2013, do Conselho de Política Ambiental.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a realização de audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Wilma de Oliveira Dias, ex-diretora de Educação Especial e ex-diretora Escola Estadual Yolanda Martine Silva; e Vera Pape Pape, presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais de Belo Horizonte – Sindmusicos-MG; e os Srs. Marcos Paulo de Andrade Amabis, secretário de Turismo e Cultura do Município de Brumadinho; Geraldo de Oliveira Silva, presidente de honra da Banda São Sebastião, representando o regente titular da Banda São Sebastião; José Dias Guimarães de Almeida, presidente da Ordem dos Músicos do Brasil; Padre Jose Geraldo Sobreira, pároco da Igreja Nossa Senhora das Dores; Padre José Fernando Cesar, reitor do Santuário da Nossa Senhora da Piedade; Salim Salema Pimenta, vice-prefeito da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo; Carlos Barbosa, secretário-geral da Arquidiocese de Belo Horizonte; Xande do Táxi, vereador de Matozinhos; Jurandir Persichini Cunha, coordenador adjunto da Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg; Maj. PM Flávio Jackson Ferreira Santiago, chefe de Comunicação da Polícia Militar de Minas Gerais; Flávio Miranda Carvalho, vereador da Câmara Municipal de Brumadinho; e Cidirlei Bento, vereador de Matozinhos. A presidência concede a palavra ao deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Cleitinho Azevedo, Douglas Melo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.333, no 2º turno, 1.364 e 1.827/2015, no 1º turno (deputado Bartô), 1.262, 2.216 e 717/2015, em turno único (deputado Cleitinho Azevedo), 704, 948, 2.035 e 2.500/2015, no 1º turno (deputado Douglas Melo), 566, 944 e 2.358/2015, no 1º turno (deputado Doutor Wilson Batista), 709, 879, 1.264, 1.579 e 3.065/2015, no 1º turno (deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 362 (registra-se o voto contrário do deputado Bartô) e 363/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 987/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada visita à Cemig a fim de discutir a decisão de desativar suas unidades e agências no interior do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Bartô, presidente – Elismar Prado – Douglas Melo.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e o deputado Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Campanha da Fraternidade 2019, proposta pela Igreja Católica, cujo objetivo é estimular a participação em políticas públicas, à luz da palavra de Deus e da doutrina social da igreja, para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Suzana Maria Ricardo, representante do Vicariato para Ação Pastoral; e os Srs. Ismael Deyber Oliveira Silva, representante do Conselho Nacional de Leigos; Edvaldo Ferreira Lopes, coordenador da Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais; Padre João, deputado federal; Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg; e Elérson da Silva, assessor técnico da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. A presidência concede a palavra à deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – Cássio Soares – Sávio Souza Cruz.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 13h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola e Ana Paula Siqueira e os deputados Antonio Carlos Arantes, Sargento Rodrigues, Carlos Henrique, Gustavo Valadares, Léo Portela, Professor Wendel Mesquita, Cássio Soares, Bosco, Tadeu Martins Leite, Roberto Andrade, Gustavo Santana, Cleitinho Azevedo, Mauro Tramonte, Fernando Pacheco, Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Coronel Henrique e Doorgal Andrada. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as condições de segurança das escolas estaduais e suas comunidades escolares, com a convocação da secretária de Estado de Educação, Sra. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, tendo em vista a decisão do governo do Estado de encerrar o contrato com a TBI Segurança, empresa responsável pela vigilância de 191 escolas e 10 superintendências regionais de ensino. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação – SEE; Valéria Luisa Santos, diretora jurídica da TBI Segurança; Feliciano Alves do Vale Saldanha, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; e Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, defensora pública de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais e coordenadora do Projeto de Mediação Escolar nas Escolas Públicas – Mesc; e os Srs. Ricardo Lopes Martins, subsecretário de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação; Cel. PM Alexandre Magno de Oliveira, diretor de Apoio Operacional – DAOP – da Polícia Militar de Minas Gerais; Carlos Eduardo da Paixão, supervisor de Segurança Patrimonial da TBI Segurança; Igor de Alvarenga Icassatti Rojas, membro da Associação de Diretores de Escolas Oficiais

do Estado de Minas Geras – Adeomg –, representando a presidente dessa associação; Romualdo Alves Ribeiro, secretário-geral do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais – Seesvemg; e José Carlos de Souza, vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Minas Gerais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Betão – Coronel Sandro.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Raul Belém. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 985/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o retorno do funcionamento da ferrovia denominada Bahia-Minas e o impacto dessa medida nas regiões do Vale do Mucuri e Jequitinhonha;

nº 1.037/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Coronel Henrique, Doutor Jean Freire e Raul Belém, em que requerem seja encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União pedido de informações consubstanciadas na relação de bens móveis e imóveis remanescentes da RFFSA no Estado, com a solicitação de que essa secretaria interrompa qualquer leilão desse patrimônio até que esta Casa receba tal relação, com vistas a garantir a proteção desse patrimônio histórico, nos termos da Lei nº 23.230, de 2019, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as linhas e os ramais ferroviários existentes em Minas Gerais, e da Lei Federal nº 11.483, de 2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências;

nº 1.038/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Coronel Henrique, Doutor Jean Freire e Raul Belém, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Dnit pela realização de leilões de material ferroviário da extinta RFFSA sob a guarda da autarquia, acervo que pode ser recuperado para a reativação de linhas ferroviárias;

nº 1.039/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Coronel Henrique, Doutor Jean Freire e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho, com a presença de representantes da Vale, da Advocacia-Geral do Estado, do Ministério Público Federal e outros, para debater a reativação da linha de trem de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho, objetivando incrementar a exploração turística do complexo de Inhotim e possibilitar a recuperação econômica local;

nº 1.040/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Coronel Henrique, Doutor Jean Freire e Raul Belém, em que requerem seja realizada visita à antiga Estrada de Ferro Bahia-Minas, no Município de Araçuaí, para vistoriar suas condições de abandono e verificar as possibilidades da retomada do seu funcionamento;

nº 1.042/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Coronel Henrique, Doutor Jean Freire e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença do subsecretário de Regulação de Transportes de Minas Gerais, para conhecer e debater os projetos ferroviários para o Estado e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A presidência, nos termos do art. 131, §4º, do Regimento Interno, convida para compor a mesa dos trabalhos o ex-deputado estadual Marcos Tito, a quem passa a palavra para suas exposições. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 3/4/2019, às 14h30min, com a finalidade de debater a priorização de trechos ferroviários no Estado, com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

João Leite, presidente – Marília Campos – Coronel Henrique.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 14h17min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e os deputados Cássio Soares e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, por meio da qual convida os membros desta Comissão para audiência pública da Comissão de Saúde, a ser realizada em 3/4/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.504/2017 (relator: deputado Gustavo Mitre). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 915/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para homenagear Dom Walmor Oliveira de Azevedo pelos 15 anos de serviços prestados como arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte, sobretudo pelo seu trabalho ligado às políticas públicas tratadas pela comissão;

nº 921/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada visita ao Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil, no Município de Belo Horizonte, para conhecer a estrutura de repressão às drogas existentes no Estado, bem como para verificar o funcionamento do departamento;

nº 922/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada visita ao Tribunal de Justiça para conhecer as políticas relativas às drogas executadas pelo Poder Judiciário mineiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Delegada Sheila, presidente – Ana Paula Siqueira – Gustavo Mitre.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 16h7min, comparece na Sala das Comissões a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Suspende-se a reunião. Às 18:15 são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Beatriz Cerqueira, que justifica a não realização da audiência pública, pela ausência dos convidados, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2019.

Marília Campos, presidente – Andréia de Jesus – Leninha.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/3/2019

Às 9h35min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades minerárias no Município de Barão de Cocais e região, bem como as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nesses municípios. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a realização de audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Sandra Vita Santos, coordenadora estadual do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM; e o Maj. PM Marcos Afonso Pereira, superintendente de Gestão de Risco de Desastre da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, representando o chefe do Gabinete Militar do governador do Estado, coordenador estadual de Defesa Civil – Cedec; os Srs. Rogério Correia, deputado federal; Lourival Ramos de Souza, vice-prefeito de Barão de Cocais, representando o prefeito desse município; Cláudio Daniel Fonseca de Almeida, promotor de justiça da Comarca de Barão de Cocais; Marcelo Klein, gerente executivo da Vale, representando o presidente interino dessa empresa; Pablo Andrade Dias, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, representando o coordenador estadual do Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB; Maxwell Felipe de Andrade, representante da comunidade de Barão de Cocais; e Whelton Pimentel de Freitas, da Comissão para o Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus – Bruno Engler – Coronel Sandro.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/3/2019

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Paula Siqueira (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL) e o deputado André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos do

fechamento do Centro Mineiro de Resíduos Sólidos na inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, representando também o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues, subsecretário de Trabalho e Emprego da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Luiz Henrique da Silva, membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Luciano Marcos Pereira da Silva, membro da coordenação do Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária; José Cláudio Junqueira Ribeiro, professor do mestrado em direito ambiental da Escola Superior Dom Helder Câmara; Pedro Souza, membro do Coletivo Moradores do Bairro Esplanada; Rodrigo Fernandes, diretor de Investimento Social do Serviço Social Autônomo – SSA – Servas, representando a presidente. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.059/2019, do deputado André Quintão e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a autorização de funcionamento do incinerador de resíduos sólidos nos municípios de Boa Esperança e Sarzedo;

nº 1.060/2019, do deputado André Quintão e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Fazenda pedido de providências para regularizar o pagamento do Bolsa Reciclagem às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no Estado;

nº 1.061/2019, do deputado André Quintão e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para manter em funcionamento o Centro Mineiro de Referência em Resíduos, na Rua Belém, nº 40, no Bairro Pompéia, em Belo Horizonte, e criar uma comissão formada por representantes do governo e da sociedade civil para debater alternativas sustentáveis para sua manutenção.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – Marquinho Lemos – Elismar Prado.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2019

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Coronel Henrique e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a implementação de escolas cívico-militares no Estado, sob a perspectiva da atuação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, frente aos excelentes resultados obtidos pelos colégios militares existentes no Estado e aos impactos dessa parceria na segurança pública. A matéria constante na 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário, deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Ten.-Cel. BM Eliane Vieira de Assis, coordenadora geral de Desenvolvimento Pedagógico da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares; Sra. Geniana

Guimarães Faria, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação; o Ten.-Cel. Ronilson Edelvan de Sales Caldeira, subdiretor de Educação Escolar e Assistência Social da PMMG; Cel. PM Welerson Conceição Silva, diretor de Educação Escolar e Assistência Social da Polícia Militar de Minas Gerais – 16º Batalhão de Polícia Militar –, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Maj. BM Moisés Magalhães de Souza, Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e Cel. PM Alfredo José Alves Veloso, ex-diretor da Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social. A presidência concede a palavra ao deputado Coronel Henrique, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Léo Portela – Delegado Heli Grilo.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2019.

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, membro da Coordenação do Movimento pelas Serras e Águas de Minas - MovSAM; Lilian Paraguai, integrante da Articulação Somos Todos Atingidos; Vera Baumfeld, moradora de Retiro das Pedras e Casa Branca; e Andressa Aparecida Rocha Rodrigues, vereadora da Câmara Municipal de Mário Campos; e os Srs. Antônio Sérgio dos Santos Vieira, presidente da Câmara Municipal de Brumadinho; Samuel Martins Lara, coordenador da Defesa Civil de Contagem, representando o prefeito desse município; Wiliam Costa Pereira, secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Felixlândia, representando o prefeito desse município; Patrick Campos Diniz, prefeito de Fortuna de Minas; Mário Reis Filgueiras, prefeito de Papagaios; Elias Diniz, prefeito de Pará de Minas; Vandeir Paulino da Silva, prefeito de São José da Varginha; Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; Júlio Cesar Dutra Grillo, superintendente do Ibama; e Ka Ribas, membro do movimento Águas e Serras de Casa Branca, representando a Sra. Maria Clara Paiva, integrante do movimento Águas e Serras de Casa Branca. A presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência recebe ofício do movimento Águas e Serras de Casa Branca entregue na audiência. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.080/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Glaycon Franco; nº 1.081/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Glaycon Franco e André Quintão; e nº 1.082/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Glaycon Franco e André Quintão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.018/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco, Noraldino Júnior, Bartô e Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça do Estado pedido de informações consubstanciadas nos autos do processo de investigação criminal e demais documentos e procedimentos relacionados com a investigação do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

nº 1.020/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Cássio Soares, Glaycon Franco, André Quintão, Celinho Sintrocel e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao superintendente da 4ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Contagem informações sobre o abate, com uso de arma de fogo, de bovinos que estavam ilhados em meio aos rejeitos da barragem que se rompeu em Brumadinho, especificando se, no equipamento dos agentes que participaram da ação ou no helicóptero utilizado para realizar o sobrevoou da área, havia câmeras instaladas para registrar a ação e, em caso afirmativo, seja requisitado o envio das gravações realizadas no dia 28 de janeiro de 2019, data em que ocorreu o fato mencionado;

nº 1.025/2019, dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Glaycon Franco e Celinho Sintrocel, em que requerem seja requisitada ao Juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária no Estado cópia do acordo judicial firmado entre as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton para a indenização dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em Mariana, em novembro de 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Beatriz Cerqueira – André Quintão – Cássio Soares – Glaycon Franco – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Fernando Pacheco e Celinho Sintrocel (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta) membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.024/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a viabilização e a implantação de uma unidade de atendimento integrado – UAI – no Município de Januária;

nº 1.026/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a liberação de uma viatura para o Município de Mário Campos;

nº 1.050/2019, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater alternativas para viabilizar a regularização fundiária de propriedades de pequenos produtores rurais assentados no Projeto Jaíba;

nº 1.058/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Coronel Fabriciano, para debater a proposta de fechamento da Unidade de Atendimento Integrado – UAI – desse município, feita pelo governo do Estado;

nº 1.086/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a elaboração e a execução dos planos municipais de saneamento básico, exigidos pela Lei Federal nº 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Ione Pinheiro – Fernando Pacheco.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater com a coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho as compensações da Vale, em virtude do rompimento da barragem no Município de Brumadinho. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.099/2019, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada audiência pública com a finalidade de ouvir a Confederação Nacional do Transporte – CNT – a respeito do Plano CNT de Transporte e Logística, que trata do desenvolvimento do setor, inclusive do modal ferroviário. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Luisa Cardoso Barreto, assessora da Vice-Governadoria; e os Srs. Valmir Peixoto Costa, procurador do Estado; Sérgio Motta de Mello, diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara; e Antônio Augusto Moreira de Faria, coordenador da Minas Trilhos. Registra-se a presença dos deputados Gustavo Mitre e Glaycon Franco. A presidência, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, concede a palavra aos deputados Gustavo Mitre e Coronel Henrique, também coautores do requerimento. Em seguida, passa a palavra à deputada Marília Campos e ao deputado Glaycon Franco. Ato contínuo, concede a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a saída do deputado Coronel Henrique. A presidência convida a tomar assento à mesa e concede a palavra às Sras. Renata Parreiras, vereadora de Brumadinho, e Simone Bottrel, coordenadora da Associação para a Recuperação Cultural e Ambiental de Brumadinho – Arca Amaserra. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.114/2019, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que, nas negociações para implementação, pela mineradora Vale, de uma linha de passageiros entre Belo Horizonte e Brumadinho, seja assegurada uma estação ferroviária no centro do Município de Brumadinho, além da que ficará localizada no Museu do Inhotim, objetivando permitir o turismo em outras regiões de Brumadinho e também a melhor mobilidade da população local na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Registra-se a saída da deputada Marília Campos. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.125/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Glaycon Franco, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional políticas públicas de proteção e resgate de vagões, locomotivas e trilhos para sua utilização em novos projetos de transporte ferroviário de passageiros. Registra-se a presença do deputado Antonio Carlos Arantes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros

da comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 3/4/2019, às 14h30min, com a finalidade de debater a priorização de trechos ferroviários no Estado, com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres mediante videoconferência, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, Elismar Prado (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL) e Marquinho Lemos (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Antonio Carlos Arantes e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos empreendimentos atingidos pela Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 2.697/2015 (deputado André Quintão) e 2.521/2015, (deputado Celinho Sintrocel). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 814/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – em Belo Horizonte pedido de providências para que sejam adotadas políticas públicas de inclusão, no mercado de trabalho, de pessoas obesas, aliadas à criação de mecanismos para o tratamento da saúde e apoio psicossocial dessas pessoas;

nº 875/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atendimento por parte da operadora de plano de saúde dos trabalhadores do transporte de cargas no Vale do Aço;

nº 955/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública para debater a renovação dos contratos de agentes de segurança penitenciários e agentes de segurança socioeducativos, bem como o Projeto de Lei nº 4.697/2017, que propõe alteração na lei que dispõe sobre a contratação por termo indeterminado para atender a necessidade evidente de interesse público;

nº 996/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes no Estado, sob a ótica da política de assistência social.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ennia Guedes Bueno, assessora jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o presidente; e Ciane Aparecida Pereira, gerente regional da Faemg/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar –, representando o superintendente do Senar; e os Srs. Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; João Ricardo Albanez, subsecretário de Política e Economia Agrícola da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, representando a presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG; Marcelo Klein, gerente executivo da Vale S.A., representando o presidente interino; Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg –, representando o presidente; Antonio Sergio dos Santos Vieira, presidente da Câmara Municipal de Brumadinho; Leandro Soares Moreira, assessor da Federação

dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; e Audinei Pereira Sobrinho, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brumadinho – CDL Brumadinho. A presidência concede a palavra ao deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/4/2019

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta, Cássio Soares e Bruno Engler. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Naamã Neil Resende da Rocha, presidente da Câmara Municipal de Carandaí, publicado no *Diário do Legislativo* em 28/3/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 102 e 520/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 927/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja formulada manifestação de protesto contra a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pelas tentativas de encerrar as atividades da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – em Nova Lima (registra-se o voto contrário do deputado Coronel Sandro);

nº 1.084/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater o possível fechamento de escolas estaduais na capital e no interior (emendado pela deputada Beatriz Cerqueira);

nº 1.154/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o funcionamento das escolas em tempo integral no Vale do Jequitinhonha;

nº 1.155/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater a permanência da Escola Estadual Alberto Delfino no atual imóvel até que sejam construídas as novas instalações;

nº 1.156/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada visita a Escola Estadual Alberto Delfino, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as instalações e condições de funcionamento;

nº 1.180/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Coronel Sandro, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que mantenha as atividades da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig;

nº 1.181/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Coronel Sandro, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que dê andamento, com urgência, ao processo de reforma da Escola Estadual Coração de Jesus, no Município de Varginha;

nº 1.182/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas na relação de escolas que ocupam imóveis alugados e o valor dos aluguéis pagos.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir as cidadãs e os cidadãos presentes. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Isabel de Souza Romanelli Teles, supervisora da Escola Estadual Coração de Jesus, no Município de Varginha; e os Srs. Guilherme Luiz do Carmo, professor e vigilante; Carlos Henrique Paixão e Flávio Alberto do Nascimento, representantes dos vigilantes das escolas de Minas Gerais; e Rudson Paixão, agente de segurança socioeducativo. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 8/4/2019, às 9h30min, ao Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, com a finalidade de participar das comemorações do Dia Nacional do Sistema Braille, em 8 de abril.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2019, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação dos povos indígenas no âmbito federal e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade

de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação das políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Estado e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho.

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, ouvir o coordenador adjunto e o superintendente de Gestão de Desastres da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, o representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral e de Pesquisa, Prospecção, Extração e Beneficiamento do Ferro e Metais Básicos e Demais Minerais Metálicos e Não Metálicos de Brumadinho – Metabase – e o representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Diretos e Terceirizados, da Vale Atingidos pelo Rompimento da Barragem da Mina de Córrego do Feijão, para subsidiar o trabalho da comissão, instalada para investigar as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2019.

Gustavo Valadares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades da mineradora Anglo American nos Municípios de Conceição do Mato Dentro e de Alvorada de Minas, bem como as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nesses municípios, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2019.

Leninha, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.333/2018

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da deputada Ione Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Made In Roça, com sede no Município de Jeceaba.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Made In Roça, com sede no Município de Jeceaba, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades culturais na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover e estimular a realização de cavalgadas no município e em toda a região, buscando a valorização do patrimônio cultural municipal. Além disso a entidade se propõe a prestar serviços de utilidade pública, auxiliando outras entidades na divulgação de atividades culturais e educacionais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido na Associação Made In Roça, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.333/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Mauro Tramonte, relator.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

O deputado Arlen Santiago* – Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo de Minas Gerais, gostaria de trazer aqui alguns assuntos.

O primeiro deles é realmente sobre a única obra que o ex-governador fez no Norte de Minas, os pedágios na BR-135, cobrando valores altíssimos. Além do mais, não satisfeito com essa maldade, a quantidade de praças de pedágios, de baias é incompatível com a quantidade de veículos. Tivemos notícia de que num pedágio perto de Corinto há filas de mais de 1km nesse absurdo que foi feito.

Não somos contra a privatização, de maneira nenhuma. Precisamos de estradas boas.

Já sabemos que os governos são incompetentes. Mas o governo do Sr. Pimentel foi incompetente demais, porque a única obra feita no Norte de Minas, nos quatro anos do governo dele, foi esse pedágio inaugurado no dia 1º de abril e que está realmente tirando o sono das pessoas. Um dono de posto de gasolina falou que, para abastecer seu posto, vai gastar mais R\$540,00 por semana para as carretas conseguirem passar. Realmente é um absurdo muito grande. O governador tomou a ideia de fazer a privatização, a estadualização de uma estrada federal e conduziu o processo todo lá. Processos de privatização não passam na Assembleia Legislativa. Aí toda Minas Gerais foi realmente surpreendida com um valor, *a posteriori*, de, no mínimo, R\$7,20 por veículo de passeio e R\$7,20 por eixo de carreta.

Nós, da bancada do Norte, reunimo-nos e estamos entrando na Justiça contra esse absurdo que é o valor do pedágio. Não se pode começar com R\$7,20, principalmente quando nada foi feito ainda na estrada. Realmente é um absurdo muito grande, e vamos para a Justiça.

Outro assunto que quero trazer é relativo à saúde. Gostaria muito que a bancada de apoio ao governador Zema conversasse um pouco a respeito das questões da saúde. Sabemos que o governo passado foi trágico para essa área: um governo que não cumpriu os 12%; um governo que não se preocupou com o social, principalmente com a questão da saúde; um governo que ficou devendo aos hospitais de Minas Gerais - Pro-Hosp, Rede Resposta, rede de urgência e emergência, programas consolidados e que sempre estiveram em dia – R\$1.200.000.000,00. Esse valor foi retirado dos hospitais, não foi pago.

A questão do Ipsemg é ainda pior: a dívida é de mais de R\$300.000.000,00 com hospitais e clínicas. O que temos visto? Não há nem conversa de quando é que esse valor vai ser pago. Já vimos aqui deputados e deputadas subindo a esta tribuna para falar que as pessoas que votam neles ou nelas não se preocupam com emenda parlamentar, que eles não são dependentes disso. Mas queria dizer que há mais de 400 mil pessoas dependentes diretas do atendimento do Ipsemg, e não adianta a gente achar que o Estado não é o mesmo. É o mesmo! Estão aqui os mineiros; temos aqui nossa terra.

Se o Pimentel não pagou pelos serviços prestados e ficou com o dinheiro – apropriação indébita – do salário minguaado, partido, do 13º salário para pagamento dos hospitais e clínicas, é muita maldade. Mas agora é preciso que o presidente do Ipsemg, que o secretário de Planejamento falem com os hospitais: “A dívida que existe, vamos pagá-la.” Ou: “Não vamos pagar”. Já estamos no quarto mês de mandato, e os hospitais e clínicas não sabem quando vão receber o mês de agosto do ano passado, o mês de setembro do ano passado. Isso não é emenda parlamentar que vem para ajudar um hospital, para fazer alguma praça ou para ajudar a fazer uma fanfarra. O que estamos vendo são os serviços prestados, em que gastaram dinheiro.

É por isso que tenho que ver um pouco de sensibilidade do secretário de Planejamento para pagar aquilo que é devido.

Eu estava conversando com um deputado ali, que disse: “A pessoa vai contratar alguém, o preço será aquele e daquele jeito, e depois não pagam. Não falam se vão pagar nem o que vão fazer”. De maneira que preciso que o vice-líder do governo, os deputados do Novo ou quem puder se encontrar com o Zema, de preferência antes de ele viajar para os Estados Unidos, porque está indo agora no dia 5, conforme a correspondência que acabei de ler, para que realmente conversem um pouco sobre isso.

Fiquei sabendo agora de uma coisa que está acontecendo em Itaúna. Simplesmente estão falando com os prestadores que não renovarão mais os convênios do Ipsemg para atendimento às pessoas. É lógico que dessa maneira vão economizar. É por isso que, na reforma administrativa, precisamos fazer alguma coisa, Cleitinho. Precisamos, João Leite, dar autonomia definitiva ao Ipsemg, porque, depois do governo passado, criou-se a ideia de meter a mão no bolso do funcionário público, pegar o dinheiro e levá-lo ao Ipsemg, colocá-lo no caixa único e contratar mais gente.

Espero muito e tenho certeza de que nunca vi esta Casa tão receptiva para ajudar um governador como esta Casa está fazendo com o governador Zema. Zema, mande o seu secretário de Planejamento conversar, porque, infelizmente, o presidente do Ipsemg não tem nenhuma autonomia para falar: “Devemos e não negamos, mas vamos pagar”. Se ele falar que vai pagar os municípios, está falando que vai pagar uma coisa aqui e outra ali, mas, gente, pague o Ipsemg, porque, infelizmente, isso é apropriação indébita, e vários hospitais estão judicializando a questão. Não podemos deixar chegar a esse ponto.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Deputado Arlen, quero aqui me solidarizar com as demandas de V. Exa. e voltar ao primeiro assunto: os pedágios da estrada. De vez em quando, vou a Montes Claros e recebi reclamações de pessoas de Bocaiuva, justamente por causa do pedágio, não só por estar caro em toda a estrada como também por ser absurdo esse valor de pedágio. Uma pessoa que, por exemplo, sai de Bocaiuva e vai a Montes Claros gasta quase R\$15,00, na ida e na volta. E Montes Claros é uma cidade-polo, muitas pessoas têm de ir para lá para receber atendimento médico ou tratar de alguma questão específica que não há em sua cidade. Tenho certeza de que essa é uma realidade não só de Bocaiuva, mas de diversas cidades do entorno de Montes Claros.

Não sou membro da bancada do Norte, mas quero me solidarizar com o pedido de vocês, até porque já peguei aquela estrada, que não é boa; e até onde sei não ocorreram melhorias que justifiquem essa cobrança.

O deputado Douglas Melo (em aparte) – Deputado Arlen Santiago, obrigado por me conceder aparte. Queria parabenizá-lo pelo alerta que está fazendo em relação ao Ipsemg, e fazer um alerta semelhante sobre uma situação que estamos vivendo na região de Sete Lagoas.

A Irmandade de Nossa Senhora das Graças, à qual o governo do Estado deve milhões e milhões, mais uma vez, está passando por uma situação terrível, calamitante na oncologia. O senhor que é conhecedor disso, é do ramo e tem uma *expertise* nesse assunto, sabe que a irmandade de Sete Lagoas atende toda aquela região e está a ponto de fechar o tratamento de oncologia porque o governo do Estado não está fazendo os repasses. Quero chamar a atenção dos deputados que aqui estão para o fato de que algumas secretarias ainda não sabem da importância da Assembleia Legislativa para que o governo do Estado volte aos trilhos.

Outro dia, deputado Arlen, tivemos uma reunião com a diretoria da irmandade e o secretário de Saúde, que nos disse: “Entrem em contato comigo até o final do mês, que informarei a data e o valor que será repassado todos os meses”.

Na sexta-feira, liguei para o gabinete do secretário de Saúde, e a atendente simplesmente falou: “Diga para o deputado que o secretário não pode falar ao telefone porque sua agenda está muito cheia. E diga ao deputado para enviar um e-mail, porque vamos olhar o dia em que o secretário poderá atender”.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, atenção ao que está acontecendo. Daqui a pouco o governo virá aqui pedindo para que esta Casa resolva o seu problema. Aí, vou pedir para que envie e-mail para o meu gabinete para saber que dia vou atender. Não sei se o secretário de Saúde está sabendo disso, deputado Arlen, mas, se o tratamento de oncologia de Sete Lagoas parar e aquela região ficar desassistida, o governador do Estado vai saber que o secretário de Saúde não pôde falar com o deputado ao telefone para dizer que dia o repasse iria acontecer, sendo que ele próprio tinha feito esse compromisso.

Para encerrar, outro dia também passei por isso ao solicitar uma agenda com um secretário, deputado Arlen. Ao chegar lá, a moça que trabalha na recepção com certeza recebeu essa ordem. Ela disse: “Deputado, o senhor tem meia hora”. Eu disse: meia hora para quê? Ela respondeu: “Meia hora para conversar com o secretário”. Eu disse: a senhora deve estar enganada. Deputado não tem tempo para ficar meia hora falando com secretário. Viemos aqui gastar, no máximo, 15 minutos para resolver os problemas.

Quero pedir ao governo que respeite o Parlamento, porque nós não estamos brincando. Queremos resolver o problema, e há pessoas achando que desejamos fazer visita para secretário. Obrigado.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, deputado Douglas. Realmente vemos o esforço da Irmandade de Nossa Senhora das Graças, lá de Sete Lagoas, hospital vital para mais de 35 municípios e que faz um gigantesco trabalho de atendimento na média e na alta complexidade. Temos lá uma oncologia que opera muito na área de cirurgia oncológica e que também, na área de quimioterapia, faz o possível e o impossível para atender da melhor maneira possível, com médicos altamente capacitados; e agora o Estado fica sem pagar. Sei que a dívida com o Nossa Senhora das Graças é de quase R\$1.000.000,00 do Ipsemg, fora o IPSM, fora o extrateto do governo do Estado com oncologia, o que deve dar mais de R\$400.000,00 ou R\$500.000,00. Realmente, é impossível atender, comprar medicamentos e não receber nada por isso. É preciso um pouco de sensibilidade.

O secretário de Saúde, como você disse, e a turma dele são novos, são todos do Novo. Eles precisam ficar um pouco mais velhos para atender a população de uma maneira melhor. Nessa questão do Ipsemg, eu gostaria de pedir aqui ao deputado Luiz Humberto, ao deputado Guilherme, à deputada Laura, ao deputado Bartô – Bartô não? O Bartô falou que não – que dessem uma olhada. Eles têm o trânsito livre com o governo de olhar até quando vão ficar tirando dinheiro do bolso das professoras, das serviçais, sem pagar pelos atendimentos prestados.

Queremos encerrar, Arantes, e perguntamos aos deputados se em sua região está tudo bem, se os funcionários estão satisfeitos, se o Ipsemg está pagando tudo em dia. Queria ver como está em Contagem, como está, Dalmo e Arantes, no Sul de Minas, em Divinópolis, em cada lugar. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Sandro* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, meu boa tarde. O que me traz à tribuna hoje não é um assunto que me agrada. Vim aqui, na verdade, para fazer uma denúncia gravíssima.

No último final de semana, 31, um deputado desta Casa, que sou eu, junto com a sua família, estando lá minha mulher, meu filho e uma assessora, servidora desta Casa, Karol Eller, sofremos uma tentativa de linchamento por manifestantes da esquerda, que estavam no centro da cidade, protestando e se manifestando contra o movimento militar de 1964. Diga-se de passagem, manifestação e protesto legítimos, porque nós estamos numa democracia. E não foram todos. Um grupo reduzido de 30 ou 50, não posso aqui precisar, nos atacou. Esse grupo, composto por 30 ou 50 pessoas, não é de manifestantes; são bandidos, são facínoras travestidos de manifestantes. São criminosos, que tentaram linchar a mim e à minha família, sob o argumento de que nós defendemos o movimento militar de 1964 e não poderíamos fazê-lo. Essa é a democracia da esquerda, que só aceita defender aquilo com que eles concordam.

E sabe o que mais me chamou a atenção, presidente, deputado Sargento Rodrigues e Bruno Engler? A imprensa mineira não dedicou uma linha ao episódio, que foi gravado em vídeo e circulou o Brasil inteiro. Recebi manifestação de solidariedade do Brasil inteiro, principalmente de V. Exa., que foi o primeiro a me ligar, e de muitos deputados desta Casa; do deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente. E a imprensa de Minas Gerais, para citar os maiores jornais, citou uma linha. Deve ser porque tentativa de linchamento e de assassinato não é notícia.

Então, Sr. Presidente, oficiei ao presidente da Assembleia, deputado Agostinho, encaminhando cópia da ocorrência. A Polícia Militar nos atendeu com presteza, protegeu-nos. Eu estou encaminhando o caso para a Polícia Civil, para a Polícia Federal e para esta Casa, para que esta Casa se manifeste oficialmente sobre o episódio. Porque um deputado sendo agredido, ele e sua família, não é um fato corriqueiro. Isso não é comum.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Sandro, eu quero aproveitar a oportunidade para prestar o meu apoio e a minha solidariedade. Acho que você, sua família e a Karol foram vítimas do excesso de tolerância da esquerda. Eles são muito tolerantes para quem pensa como eles; para quem pensa diferente, eles agem da maneira que agiram com V. Exa. É um absurdo que um parlamentar seja coagido a inibir o seu discurso por meio de violência. Fica a minha solidariedade a você, à sua família e principalmente à Karol, que teve o pé fraturado por esses criminosos. Isso não pode ser tolerado. E corroboro aqui o pedido ao presidente para que esta Casa se manifeste oficialmente em repúdio ao que ocorreu, em apoio a um dos seus parlamentares, que foi covardemente agredido.

O deputado Coronel Sandro* – Obrigado, deputado. Faço um registro, e este deputado agradece o aparte. A assessora servidora desta Casa, minha funcionária, teve o pé fraturado. Talvez tenha sido a que mais foi agredida. Minha mulher foi empurrada, caiu ao chão.

Então, Sr. Presidente, já há algum tempo eu sofro aqui. Ainda não era uma perseguição da imprensa mineira, mas agora eu já vou classificar assim, primeiro pela minha posição: eu não aceito modelagem da mídia, eu sou diferente. Não vou falar disso aqui, agora, mas tenho que pontuar só uma coisinha. Em outra oportunidade eu vou falar como a mídia usa dos artifícios para colocar alguém em dificuldade.

E quem está fazendo isso comigo em Belo Horizonte – eu já sei quem é - é uma jornalista de esquerda, que tem um *blog* cujo nome não vou falar, para não lhe dar ibope, porque o *blog* é ruinzinho. Ela foi demitida há algum tempo de um grande jornal porque estava recebendo dinheiro de estatal para falar bem do governo do Fernando Pimentel. Ela publicou uma mentira a meu respeito, e refutei e reagi nos termos em que acho que devo reagir. A imprensa faz assim: chegou a denúncia de que o João matou o

Manoel. Ela vai lá e fala: “João, falaram que você matou o Manoel”. O João fala: “É mentira, o Manoel está aqui na minha casa, estamos tomando cerveja”. Então eles publicam: “Notícia de que João matou Manoel não procede, segundo o próprio João”. Publicam a mentira! Imprensa, jornalista que se preza faz um juramento de não publicar mentira, porque isso é má-fé, é no mínimo desonestidade intelectual. E a nossa imprensa está precisando voltar para o banco da escola, porque são maus profissionais, na sua maioria, abduzidos que foram pela esquerda ao longo desses anos todos. E só têm um formato, como ferro de passar roupa, só servem para uma coisa, só “viseirado”. Eu já estou sofrendo isso. Vou continuar, não recuo.

Sr. Presidente, comecei a levantar dados a respeito de recursos públicos gastos com jornais, TVs, enfim, a mídia em geral, porque não penso que o recurso público deva servir para isso, principalmente hoje, quando as redes sociais têm um alcance fenomenal. Qualquer página amadora dá mais alcance do que o *Estado de Minas*, do que *O Tempo*. Enfim, para que vamos gastar dinheiro do contribuinte para divulgar notícia que o contribuinte sabe imediatamente, assim que o governador Zema vai à rede social e fala?

O deputado Bartô (em aparte)* – Sandro, estou aqui para prestar solidariedade na questão da violência sofrida pelo senhor. Mais do que uma nota de repúdio, acho que esta Casa tem que agir. Aqui, somos representantes do povo, e isso não pode acontecer de forma alguma. Sabemos que foi uma turminha que veio da Praça da Liberdade, a mesma turminha que pede mais amor e menos ódio, a mesma turminha que chama os outros de fascistas, mas se comporta como tal. Essa violência contra o senhor foi uma violência contra a democracia, e isso não pode ficar impune. E peço que o presidente da Casa tome providências, não que faça nota de repúdio. Que tome providências e entre em contato com a Polícia Militar para saber quem são os responsáveis pela manifestação na Praça da Liberdade; mostre o filme que o senhor tem. E que tentem reconhecer aquelas pessoas, porque elas têm que ser punidas. Isso é um absurdo.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Coronel Sandro, da mesma forma que os demais pares, eu quero trazer a V. Exa. o meu manifesto de apoio e de repúdio a esse tipo de comportamento. Acho que está mais do que na hora, não só de esta Casa, mas de os órgãos de polícia tomarem atitudes em cima de qualquer parlamentar, seja de qualquer partido. Todos nós temos o direito democrático de nos manifestarmos, e fomos eleitos para isso. Então, é necessário, sim, que sejam tomadas as devidas providências. V. Exa. tem o direito de se manifestar e colocar sua posição. Conte com este parlamentar e, tenho certeza, conte com toda esta Assembleia Legislativa. O que aconteceu com V. Exa. poderá acontecer com qualquer um de nós.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Serei bem rápido para que V. Exa. possa concluir seu raciocínio e nos trazer os fatos à luz do que realmente aconteceu. Mas quero reiterar a palavra dos demais deputados que me antecederam. O deputado Antonio Carlos Arantes está presidindo esta reunião, e a Casa tem que se manifestar urgentemente. Ela tem que se manifestar. Não apenas pelo fato de ter havido uma ameaça, porque a ameaça foi sofrida não somente por V. Exa., mas por toda a família. Eu vi o vídeo, e nos faz mal ver aquelas pessoas querendo quebrar porta de vidro; e por último entra a esposa do senhor. É revoltante as pessoas não permitirem que nos manifestemos acerca daquilo em que acreditamos; que nós tenhamos de estar com eles nos pensamentos e ações deles, sendo, muitas vezes, mentirosas, e querem fazer a mentira prevalecer.

Então, Coronel Sandro, manifesto o meu repúdio. Mais do que isso, solicito ao presidente Antonio Carlos Arantes que as providências sejam tomadas de imediato, visando identificar e punir os culpados, que, felizmente, não chegaram a atingi-lo fisicamente, mas foram contra a honra do deputado e de seus familiares. Tem todo o meu apoio e o meu reconhecimento quanto àqueles momentos difíceis que o senhor passou no último final de semana.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Coronel Sandro, é por causa dessa situação e de outras que, às vezes, atitudes mais graves são tomadas. A gente fica vendo... Há um livro do Romeu Tuma Filho em que ele coloca a estratégia de uma turma que sempre quer fazer assassinato de reputações. Quando não conseguem assassinar as reputações, eles partem para agredir aqueles que pensam diferentemente; e é uma questão, realmente, coordenada.

Deus lhe deu discernimento. Como coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, a melhor Polícia Militar do Brasil, o senhor tem o direito de andar armado. O senhor não revidou à altura. Se está sendo agredido, é legítima defesa a pessoa revidar.

Estou vendo um filme que está rodando bastante nas grandes redes de televisão sobre um grupo de cinco jovens que queriam assaltar um veículo. Na hora em que eles desceram com a arma na mão, a pessoa que estava lá começou a picotar tiro neles, e todos saíram correndo. Parece que a pessoa tirou o Estatuto do Desarmamento para jogar neles, para se defender.

Então, é por causa desse e de outros absurdos, como esse contra o senhor e a sua família, que acabou acontecendo o 31/3/1964. Esperamos que isso não venha a acontecer novamente e que esse pessoal saiba que o Brasil repudiou o modelo deles de querer tomar conta do País.

Então, Coronel Sandro, parabéns por ter tido calma, não ter sacado a sua arma e atentado contra aqueles que atentaram contra a sua vida e a da sua família.

O deputado Coronel Sandro* – Obrigado, deputado. Foi boa a lembrança do senhor. Se eu tivesse, deputado, usado a pacificadora, naquele momento, hoje estaria no banco dos réus, e talvez até a ONU teria emitido nota falando que um deputado agressivo atirou em manifestantes desarmados. Era isso que ia estar nas manchetes, deputado.

O senhor falou sobre assassinato de reputações. Já existe um movimento na imprensa, em Minas Gerais, coordenado por essa jornalista que citei aqui – contei o caso, mas não disse o nome –, porque ela tem amigos e amigas nas redações doentes e “esquerdopatas” da mídia atual, para assassinar a minha reputação. A gente já teve. Lá dentro, há gente que não concorda com isso, que é jornalista sério e diz: “Vão fazer, coronel, vão fazer contra o senhor, para pegar o básico”. Eu nem pensei que ia chegar a isso tão rápido. “Vão dizer que o senhor tem funcionário fantasma”. Porque nós aqui temos gabinetes, temos servidores em outros municípios. Aí espalham para a mídia, embora esses jornais, hoje, tenham pouco alcance. Só que estou preparado.

Gente, não vou recuar. Que a imprensa mineira continue fazendo o seu trabalho. Espero que faça um trabalho sério, que fale a verdade, não distorça informação. Mas, se falar mentira, se ofender, eu processarei. Já estou entrando com seis representações, criminais e cíveis, por notícia mentirosa da imprensa.

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: talvez, na próxima manifestação, eu não leve a pacificadora, eu leve a treme terra. Talvez a treme terra tenha um procedimento diferente. Porque, se a minha família sofrer alguma coisa... Estou pedindo às autoridades e a esta Casa que assegurem a minha integridade física. Hoje, já sou conhecido pelos “esquerdopatas”, os de esquerda, comunistas, que não aceitam o nosso posicionamento de direita... Não vou responder pelas minhas reações. O caminho do homem de bem é a justiça. Mas o caminho do homem de bem que não encontra resposta é ele mesmo fazer a sua justiça. E eu vou fazer. Então, afastem-se de mim e da minha família. É um aviso!

Quanto à imprensa, estou processando todos. E essa jornalista, que está distribuindo e ligando aos coleguinhas para publicar... Você, que é de outro órgão de imprensa, não publica não, que vou processá-lo também.

Agora, jornalismo sério podem fazer. Podem criticar minhas posições, podem dizer que sou contra a Lei de Incentivo à Cultura, porque sou. Podem explicar isso tranquilamente. Podem dizer que sou contra dinheiro público para publicidade, porque sou contra mesmo. Aliás, estava pensando até em apresentar alguma coisa nesta Casa para evitar que isso aconteça, principalmente neste momento em que o Estado está com uma enorme dificuldade financeira.

Fica aqui o meu registro. O registro de que a imprensa mineira sequer deu uma linha porque isso não é notícia. Tentativa de linchamento de um deputado não é notícia. Fomos agredidos por um bando de calhordas, pilantras, facínoras e bandidos. Não me refiro a todos os que estavam na manifestação, mas a um grupo pequeno que se desgarrou e veio nos agredir. Serão todos identificados com a ajuda da polícia e processados, inclusive os organizadores, que têm responsabilidade sobre isso.

Agradeço as manifestações de solidariedade que recebi, Sr. Presidente, principalmente da categoria policial, como o Sindicato da Polícia Civil, a Cume, a Associação dos Oficiais, o Clube dos Oficiais, a Ascobom, Cel. Albino, Cel. Lacerda. São esses que estou lembrando agora e que me ligaram, além de vários deputados que são solidários. Muito obrigado. Realmente minha família está apreensiva, mas não recuo. Fui eleito para cumprir uma missão e vou cumpri-la. Não importa o que aconteça. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, amigo de longas datas; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; meus amigos. Há vários assuntos que gostaria de abordar hoje. Pedágio não, João. Só quinta-feira vamos descer o cacete naquele povo, não é, Cleitinho?

Queria trazer um ofício que recebi do Hospital Santa Rosália, que, como a maioria dos senhores e senhoras sabem, está localizado em Teófilo Otôni e atende, quase 100% pelo SUS, a 80 municípios no entorno daquela cidade. Esse hospital vem sofrendo um processo de esvaziamento há algum tempo. Começou nos idos de Fernando Pimentel, que praticamente aniquilou todos os hospitais de Minas Gerais. Hoje recebo esse ofício preocupante. A cidade de Teófilo Otôni atende todo o Mucuri, o Jequitinhonha e São Mateus. Esse ofício tem o seguinte teor. Preste bem atenção, meu amigo João Leite. Vou resumir: “O diretor clínico representante dos médicos e dos funcionários vem, por meio de sua diretoria, comunicar às autoridades competentes a situação terrível, famigerada, de uma dívida de R\$90.000.000,00.

O hospital está devendo R\$90.000.000,00. Está devendo a fornecedores; está devendo a funcionários; está devendo ao comércio local, porque tem de comprar comida para dar aos pacientes. É um hospital que não tem como fazer a reposição de roupa de cama. Muitas vezes, quando o paciente é internado, ele leva a comida, a marmita para dar ao paciente, porque, se não for assim, o paciente não comerá. Como já disse, o hospital está devendo R\$90.000.000,00.

E um déficit mensal de R\$1.500.000,00. Então, ele está comunicando que a paralisação do corpo clínico é respaldada em assembleia. Está aguardando algum posicionamento dos órgãos competentes – municipal, estadual e federal – até o dia 10 de abril. O prazo que a assembleia deu para que aconteça pelo menos um milagre é até o dia 10 de abril. Alguma coisa tem de ser feita.

Na ausência de resposta positiva, haverá a paralisação completa do Hospital Santa Rosália, a partir do dia 25 de abril. É impressionante. A maior parte dessa dívida, João Leite – se não quase a totalidade – é a do Estado com o Hospital Santa Rosália. A União, embora pagando pouco, está em dia. O Município de Teófilo Otôni também tem ajudado, dentro das suas possibilidades, porque hoje as prefeituras – como dizem em nossa região, não é, Arlen? – estão vendendo o almoço para comprar a janta. Não conseguem aplicar mais. Não conheço nenhuma prefeitura que aplique menos de 25% das receitas na área da saúde.

Então, no dia 25 de abril, o Santa Rosália encerrará suas atividades. Vai ser o caos. Vai ser, sem dúvida alguma, a falência da saúde pública de Teófilo Otôni; vai ser a falência da cidade de Nanuque, que em tudo depende de Teófilo Otôni. Fecharão o CTI, o pronto-socorro, a maternidade, enfim, o hospital vai paralisar todas as suas atividades.

O que está acontecendo com o Hospital Santa Rosália seguramente está acontecendo com todos os hospitais de Minas Gerais. Não conheço nenhum hospital que diga assim: “Estou com as contas em dia”. Pode até estar com as contas em dia, mas está devendo a banco e pagando juros exorbitantes para poder cobrir folha de pagamento e manter abertas as suas portas.

Em nossa cidade de Montes Claros, há hospitais que, não sei como, ainda conseguem prestar um atendimento razoável à nossa população. A começar pela santa casa, que tem a receber das mãos do governo do Estado mais de R\$26.000.000,00. O Hospital São Lucas tem uma dívida enorme, tem muito dinheiro a receber do governo do Estado. O Hospital Aroldo Tourinho, uma referência naquela cidade, praticamente está sobrevivendo aos tropeços. É um horror o que está acontecendo com a saúde pública aqui, em nosso Estado.

É com o máximo prazer que ouço V. Exa., deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Muito obrigado, caro presidente da Comissão de Saúde, dileto amigo deputado Carlos Pimenta. A manifestação de V. Exa. é, por nós, muito sentida. É muito triste ouvir de V. Exa. o fechamento de hospitais em todo o Estado de Minas Gerais. Mas permita-me também associar a sua fala à situação do nosso Sul de Minas, que V. Exa. tanto conhece.

Há muito tempo estamos vivendo uma das situações mais sérias na saúde de Minas Gerais. No dia 20 passado, em definitivo, foi rescindido o convênio, a prestação de serviços do Ipsemg pelo Hospital Renascentista aos servidores do Estado de Minas Gerais – chegando a 11 mil servidores. O Hospital Renascentista é o modelo do Sul de Minas para todos os servidores; é considerado o hospital do servidor público.

O valor da dívida do Estado com o Hospital Renascentista chega a R\$3.500.000,00. Cansamos de bater às portas do Ipsemg e cansamos de procurar o governo. Lamentavelmente nenhuma resposta obtivemos, razão pela qual, já em caráter judicial, o hospital rescindiu, em definitivo, a prestação do serviço para o Estado. Quem está perdendo são os valorosos servidores do Estado. Há professores com tratamento marcado, cirurgia e hemodiálise, enfim, todos estão sem nenhum atendimento. O nosso Sul de Minas está vivendo um caos, particularmente os funcionários públicos do Estado.

Quero, mais uma vez, pedir a V. Exa., que sempre está à frente dessas movimentações, que nos ajude a fazer com que o Ipsemg possa, acima de tudo, resgatar o credenciamento, pagando parceladamente o que deve ao Hospital Renascentista. Não podemos deixar o Hospital Renascentista, considerando-se seu porte e suas múltiplas especialidades, sem atender o nosso povo, sem atender os nossos servidores. Isso tem nos trazido uma profunda tristeza, uma séria preocupação para todos nós.

Portanto, quero, mais uma vez, pedir a V. Exa. – e já pedimos reiteradas vezes ao governo do Estado, ao governador, ao secretário de Saúde e ao presidente do Ipsemg – para que possamos reestabelecer o atendimento desse instituto no nosso Sul de Minas.

O deputado Carlos Pimenta* – Queria convidá-lo para uma audiência que faremos, no próximo dia 11, com os médicos, a direção e os funcionários do Ipsemg, na Comissão de Saúde. Será uma reunião diferente da que foi promovida aqui, porque não quero discutir questões políticas e ideológicas. Nós queremos discutir o que tem de ser feito para que o Ipsemg recupere a credibilidade que sempre teve e preste um trabalho a milhares de pessoas que dependem desse instituto, dos hospitais conveniados e do Hospital Israel Pinheiro, de Belo Horizonte. Então, V. Exa. está convidado para a audiência do dia 11, na Comissão de Saúde.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Tenha certeza de que toda a região de Pouso Alegre, ou melhor, todo o Sul de Minas participará efetivamente dessa proposição. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, Dalmo.

Voltando a essa questão da saúde pública, quero também comunicar que - sem ser amanhã, porque amanhã haverá a nossa audiência lá, Marília -, na outra quarta-feira, dia 10, receberemos o secretário de Estado de Saúde, que fará uma prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2018. É bem verdade que, em 2018, isso não era da sua responsabilidade. Mas queremos saber, com a prestação de contas, a forma como o Estado recebeu, ou melhor, como o atual governo recebeu o Estado; queremos ouvir dele a programação que precisa ser feita para que, pelo menos, possamos minimizar essas questões. Não conheço o secretário de Estado de Saúde. Não tive o prazer de ver realizada a audiência da comissão que foi solicitada com a presença dele. Não obtivemos resposta. Mas ele será bem recebido aqui.

Nós poderemos discutir todos esses assuntos, como o do Hospital Santa Rosália e do João XXIII. Laura, amanhã receberei requerimento de V. Exa. solicitando um debate sobre o João XXIII e o hospital infantil, o pronto-socorro Paulo VI. Pode ter certeza de que faremos o que puder ser feito e daremos o máximo de colaboração que pudermos à Secretaria de Estado de Saúde. Acho que o momento agora é o de fazer as denúncias.

Esse ofício do Hospital Santa Rosália que acabei de receber é muito sério, já marcando dia e hora para encerrar as suas atividades. Por outro lado, nós temos de ter o bom senso de ouvir, o bom senso de propor, mas que haja, pelo menos, bom senso para sermos ouvidos também.

Acho que nenhum secretário vai poder fazer milagre, resolver as coisas da noite para o dia, mas é preciso ouvir parlamentares da qualidade do Dr. Arlen, que foi presidente da Comissão de Saúde, que conhece profundamente as questões do Norte de Minas; do Dalmo; deste parlamentar, que pelo terceiro ano seguido preside a Comissão de Saúde; e do Doutor Wilson, nosso vice-presidente. Não adianta querer resolver tudo de uma hora para outra. É necessário que a gente tenha uma programação. Queremos ouvir do secretário e saber se ele tem realmente a programação.

Arlen, queria convidá-lo para, no dia 10, também estar presente. Vamos trazer os problemas da nossa região, do Sul de Minas, de Belo Horizonte, para tentar encontrar uma equação para isso. Sei que é difícil, mas tem de haver uma solução.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, gostaria de falar com V. Exa. e com a deputada Laura Serrano, a fim de que, para essa reunião do Hospital João XXIII, fosse chamada a presidente da Fhemig, que continua lá, e também uma parte da assessoria dela, principalmente aqueles que gostam de chamar a Polícia para cadeirantes e hansenianos quando eles vão lá reclamar que estão faltando as coisas. Vocês precisam ter muito cuidado com essa mão de ferro que hoje dirige a Fhemig e que é um resquício da ditadura anterior, do mandato passado. Os funcionários estão ficando com medo porque estão chamando a polícia para os coitados dos funcionários que vão lá para recuperar... Estão dizendo até que estão sendo desacatados. Gente, dizer que são desacatados por quem defende os direitos humanos e por quem está lá de cadeira de rodas ou é hanseniano ou alguma coisa assim realmente é um absurdo.

No mais, Carlos Pimenta, quero dizer que você vai ser a pessoa que, na presidência da Comissão de Saúde, vai receber 2, 10, 20 cartas dessas aí toda semana de agora para frente, porque a turma do governo passado quebrou Minas Gerais, e muito mais na questão da saúde.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado. Encerro, presidente, comunicando que, com muito pesar, com tristeza, recebo um ofício dessa natureza. Tenho recebido outros, de outros hospitais, mas não tão taxativo. Este partiu do diretor clínico do Hospital Santa Rosália. Teófilo Otôni é uma cidade de quase 200 mil habitantes que atende toda uma grande região composta de 80 municípios. São quase 800 mil pessoas que dependem do Santa Rosália para fazer uma cirurgia, para ser internados no CTI. Vamos fazer repercutir isso. Esse documento, meu caro deputado Antonio Carlos Arantes, será encaminhado ao secretário de Saúde e ao governador do Estado porque é necessário sacudir a poeira e parar de pensar no atraso do passado. É necessário dar a volta por cima e proporcionar ao povo de Minas Gerais o mínimo de saúde de qualidade, porque já estão sofrendo há quatro anos. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pela internet, meus cumprimentos a todos e a todas.

Sr. Presidente, o momento em que vivemos requer de nós, sobretudo na conjuntura econômica e política de nosso país, uma responsabilidade muito grande. Temos visto a dificuldade do governo federal em se entender com o Congresso, em dar um rumo ao nosso país. Consequentemente no nosso estado, o governador, com todo respeito, tem tido dificuldade em implementar não só uma política de desenvolvimento, apresentando o novo modelo de governo que ele se propôs a representar em Minas Gerais, mas também, principalmente, em cumprir aquilo que ao longo da sua campanha eleitoral e início de governo vinha apresentando. Então, não é discurso de oposição.

Gostaria de compartilhar um pouco de uma análise que vimos na versão de ontem do jornal *Estado de Minas*. O jornal faz uma análise de como está difícil para Zema o início desse governo, um pouco nessa lógica da contradição. Cabe-nos, nessa rápida reflexão, Sr. Presidente, trazer esse debate para esta Casa, uma vez que todos os parlamentares aqui não temos um papel de situação

ou de oposição, mas a função de contribuir para que Minas possa realmente criar um processo de debate mais aprofundado de sua situação real, saindo do palanque eleitoral e indo para um processo de desenvolvimento, que esperamos em Minas Gerais.

Assim a análise do jornal *Estado de Minas* traz a matéria seguinte, mas tomarei a liberdade de ler, Sr. Presidente, pois aí não será discurso, mas exatamente o que está no jornal, para aqueles e aquelas que não tiveram a oportunidade de acesso a essa informação do jornal. (- Lê:) “Estreante na política, o governador Zema completa três meses, 90 dias, à frente do Palácio Tiradentes com promessas de campanha descumpridas e dificuldades em todas as esferas que precisa administrar politicamente. Além da insatisfação do funcionalismo público – continuidade do parcelamento dos salários e demora em quitar o 13º salário de 2018 – e dos prefeitos, que reclamam que a retenção dos recursos pela nova gestão superou a do governo anterior, a relação com a Assembleia tem se mostrado um desastre.”

Assim, descreve um pouco da análise. Fala aqui um pouco do embate com os prefeitos. É triste vermos essa situação. O governador reteve mais de R\$1.000.000.000,00 no mês janeiro e, logo no mês seguinte, fez propaganda de que estava em dia. Temos de acabar com esse nível de contradição. Vamos jogar a informação certa. Sentar com os prefeitos. No primeiro mês de governo, o governador, com mais de 70% dos votos, não quis receber os prefeitos. Colocou os policiais para barrar a entrada deles no palácio. Então, essa contradição dificulta o diálogo e vai passando para a sociedade uma imagem mentirosa. Não há jeito de dizer outra coisa.

“Protesto de servidores. Zema teve de recuar de algumas decisões como o parcelamento do 13º salário em 11 vezes.” Fez um novo acordo com a Polícia Militar. Ele havia anunciado em outros momentos que não faria isso. Fez diferentemente da relação com outros servidores. Disputou o 2º turno com o candidato do PSDB. “Ao contrário do discurso que pregou, o governo está recheado de tucano em seu núcleo central. A ex-secretária Renata Vilhena do governo Anastasia prestou consultoria ao governo.” Luíza Barreto é uma das principais articuladoras e assessora da vice-governadoria. No comando das articulações políticas, com todo respeito ao nosso líder de governo, Luiz Humberto, ao líder do bloco da Maioria, deputado Gustavo Valadares, há todo um processo de contradição a tudo aquilo que ele falou. Ele não está errado em fazer isso. Tem direito; são ótimas lideranças e podem defendê-lo aqui. O que não dá é ele continuar com um processo de discurso de palanque, gravando isso a todo momento e passando uma imagem equivocada para a população mineira.

“Novo no governo. Zema nomeou o secretário de finanças do Partido Novo.” A todo momento, na campanha, disse que não seria o outro governo, que fazia loteamento de cargo para o partido. O que ele mais tem são membros do partido dele nomeados, inclusive alguns que foram candidatos. Quem quiser vai ler isso aqui no Estado de Minas, na edição de ontem.

“Cargos comissionados. Embora tenha prometido cortar 80% dos cargos comissionados, Zema manteve um número bem maior deles.” Ele exonerou uma parte no início do ano e depois voltou a nomear esses cargos novamente. Anunciou, através de uma proposta de reforma administrativa, uma economia de mais de R\$1.000.000.000,00. Os estudos e debates nesta Casa comprovaram, e o governo já reconheceu, que é mentira esse cálculo. A economia será em torno de R\$130.000.000,00 em quatro anos e não R\$1.000.000.000,00, ou seja, há uma diferença de quase R\$900.000.000,00 no cálculo que ele apresentou na divulgação que fez para a sociedade.

Salários recebidos. Anunciou a todo momento que não receberia salário. Está recebendo. Não há problema. É justo trabalhar e receber, mas fez uma propaganda enganosa. Corrija isso, governador. Vamos dialogar com a sociedade de forma clara, transparente. Da mesma forma, disse que nenhum secretário receberia, vemos que não só secretários estão recebendo salários como também alguns foram nomeados em outros cargos na Fazenda para receber o dobro de salário, enchendo a máquina pública.

Tudo está em contradição com aquilo que ele prometeu. Não há irregularidade ou ilegalidade talvez em muitas dessas ações; há uma imoralidade gigantesca diante de um discurso que ele, a todo momento, insiste em fazer. E assim vai: a dificuldade no relacionamento com a Assembleia, o uso de aviões. Ele decretou que não usaria avião, que isso seria farra com o dinheiro público, e

continua usando. Ele desce do avião, entra no carro, grava no carro e solta para a sociedade que está andando de carro! Pode andar de carro e pode e deve usar avião; o que não pode e não deve é mentir para a sociedade. Nós temos de acabar com isso.

Eu sou líder da Minoria, do bloco de oposição, com muita honra e muita responsabilidade. Se existe uma coisa que todos do nosso partido e do nosso bloco têm nesse momento é responsabilidade. Ninguém está aqui fazendo a oposição que enfrentamos no governo passado. Era aquela oposição do quanto pior, melhor. Nós queremos quanto melhor, melhor. Quanto mais pudermos nos aprofundar e reconhecer avanços e retrocessos, para pensar em como o Estado vai superar isso... Não é propondo um projeto de recuperação fiscal aqui, que deu errado no Rio de Janeiro e tem total dificuldade de passar nesta Casa, vendendo um patrimônio do Estado... Está estampado nos jornais *O Tempo* e *Estado de Minas* o lucro da Copasa: o valor de mercado da empresa triplicou de 2015 a 2018. Foi a competência da nossa gestão, a boa gestão, o enxugamento da máquina da Copasa, que gerou a possibilidade de triplicar o lucro da Copasa, para mostrar que é possível. Agora querem vendê-la, terão dinheiro hoje, mas daqui a três anos vai acontecer o quê? Da mesma forma, a boa gestão e a competência na Cemig ficaram comprovadas com o lucro que a empresa deu. O lucro da Cemig disparou quase 70% no ano passado, na nossa gestão, que é tão criticada por ele. Reconheça que o enxugamento, o aperfeiçoamento da máquina e o modelo de gestão geraram a possibilidade de o governo de comparar e ver que é possível sim.

Nós não podemos aceitar esse projeto de regime de recuperação fiscal vendendo o patrimônio de Minas, sem mostrar para que rumo Minas vai. Nós temos a possibilidade... Só um minuto, deputado, daqui a pouco eu lhe concederei aparte, porque quero concluir o raciocínio. Eu tenho dito isso em muitos lugares que, se há um governador no nosso país que tem condições políticas de liderar um grande movimento nacional em defesa da regularização da Lei Kandir, para resolver o problema de vários estados e municípios do País, e conseqüentemente do nosso estado, que tem a maior parcela a receber, é o governador Romeu Zema.

Nós tivemos a tragédia em Brumadinho, que aconteceu no início do ano e o governador recebeu o presidente da República aqui e não foi capaz de pedir um centavo de ajuda. Poderia ter pedido, por exemplo, que o presidente sancionasse algum decreto que permitisse ficar um tempo sem pagar a dívida do Estado, ou alguma outra ajuda. Mas, não! Ele não fez isso. Mas vamos liderar. Se o governador Zema não acredita na Lei Kandir, não é capaz de liderar um movimento nacional com os governadores do nosso país, os deputados desta Casa, que há vários governos defendem isso, como no governo Anastasia... Ou seja, é um movimento que já ganhou, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu essa dívida. Depende agora de movimento político, e eu repito: o governador Zema tem condições de liderar isso no nosso estado. Se ele não tem coragem de enfrentar o presidente da República, está na hora de pensar numa alternativa para Minas. E a alternativa não é vender o patrimônio do nosso povo, construído a duras penas; não é prejudicar o nosso funcionalismo; não é aprovar esse projeto de recuperação fiscal. Quem tem dúvidas sobre o projeto não precisa tê-lo aqui. É só ver o que está na lei federal, na Lei Complementar nº 159, onde estão claros os critérios que o governo terá como obrigação para aprovar, para assinar o acordo. A venda do patrimônio e o aumento da alíquota previdenciária vão prejudicar e muito.

Então, Sr. Presidente, eu faço essa comparação aqui com muita responsabilidade, com serenidade. Esses 90 dias de governo, à beira de completar 100 dias na semana que vem – temos a notícia de que o governador leu uma mensagem hoje anunciando que nem aqui estará, que vai viajar -, marcam um pouco o norte, o horizonte, a perspectiva que cada governo tem para se apresentar à sociedade.

E as perspectivas em Minas, infelizmente, nos deixam minimamente preocupados.

Esta Casa tem cumprido com o seu papel de responsabilidade. Nosso presidente, Agostinho Patrus, junto com os líderes desta Casa e os deputados, tem mostrado, por meio do diálogo, da parceria, da compreensão do momento, o quanto o Parlamento mineiro está disposto a dialogar. E, na contramão disso, temos um governo que não dialoga, não constrói e, quando se manifesta à sociedade, se manifesta da forma como estou dizendo: enganando a sociedade mineira.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Ulysses, quero cumprimentá-lo pela bela fala e exposição, no dia de hoje, nesse balanço de aproximadamente 100 dias do governo Zema. Você conseguiu estabelecer todas as contradições daquilo que foi

dito à época do período eleitoral e do que se constata agora, no governo: não utilizar aeronaves, utiliza aeronaves; não utilizar os palácios, já dormiu em palácios; diminuir os cargos comissionados no montante de 80%, diminui em torno de 8%; e tudo que V. Exa. colocou e colocou muito bem.

O governo, agora, precisa colocar esta data, este momento como um divisor de águas. Se vai ser um governo que permanece perdido em relação a que tipo de plano e projeto quer para Minas Gerais ou se vai reencontrar o caminho, o caminho em que volte a desenvolver Minas economicamente, que consiga fazer com que o Estado recupere recursos e que, acima de tudo, tenha a capacidade de diálogo. Vejam que é uma insatisfação generalizada de boa parte dos colegas essa incapacidade.

Quero compartilhar, aqui, deputado Ulysses, uma preocupação dos trabalhadores da unidade UAI do Barro Preto, que receberam um comunicado de que, no dia 5 de abril, a unidade será fechada, uma unidade que faz cerca de dois mil atendimentos ao cidadão: identidade, CPF, carteira de trabalho, seguro-desemprego, comunicação de venda, uma série de serviços. São 94 funcionários.

Eu sei que não é somente nesta unidade, mas nas unidades UAI, na MGS, no Estado todo está tendo um enxugamento muito drástico. A pergunta é: o que vai acontecer com esses trabalhadores? Eles serão realocados? Eles serão demitidos? Será garantido o emprego dessas famílias? Então, é algo que o governo também precisa nos explicar, porque a gente tem recebido muito esse pedido de socorro dos trabalhadores das unidades do UAI, e agora, mais recentemente, essa questão da unidade UAI do Barro Preto.

Para encerrar o meu aparte, queria registrar, deputado Ulysses, que hoje, dia 2 de abril, é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, uma data importante. Quero pedir o apoio dos colegas, dos presidentes de comissão, porque o Projeto de Lei nº 4.609, de nossa autoria, inclui o portador de transtorno do espectro autista no grupo de pessoas com direito a atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados.

Por ocasião do mês que comemora o Dia da Conscientização do Autismo, quero pedir aos colegas, presidentes de comissão, que nos ajudem a fazer essa matéria caminhar na Casa.

O deputado Ulysses Gomes* – Eu que agradeço, deputado Cristiano.

Quero, neste encerramento, Sr. Presidente, compartilhar que essas palavras são palavras de um gesto de unidade, de diálogo, de parceria que queremos dialogar em Minas Gerais.

Nesse sentido, queria encerrar fazendo uma denúncia grave de alguns requerimentos que estou apresentando hoje na Comissão de Minas e Energia, que tem a ver com essa comparação que estou fazendo. Se o governador não aceita, não reconhece e tem, talvez, seus motivos para não enfrentar esse debate da Lei Kandir; se não apresentou outra alternativa para Minas; se está achando que a alternativa é vender o patrimônio de Minas, acho que ele está equivocado.

Ele devia cumprir com a sua responsabilidade e averiguar as denúncias contra a companhia de mineração Comipa, junto com a CBMM, na parceria que tem com a Codemig. No ano passado, todos que estavam nesta Casa sabem da tentativa do governador Pimentel, à época, de vender parte da Codemig. E, a partir desses estudos, foi contratada uma consultoria, no início de 2018, que detectou fraude na apuração do nióbio que é retirado das minas em Araxá.

Para quem não sabe, hoje, a CBMM contem, em Araxá, mais de 80% do nióbio do mundo. Existem duas jazidas de nióbio, uma da CBMM, uma do governo de Minas, por meio da Codemig.

Para encerrar, Sr. Presidente, essa denúncia, só queria registrar que a CBMM deve extrair a mesma proporção do nióbio nas duas minas, e assim ela tem feito.

No entanto, o estudo comprovou que a jazida de nióbio referente ao patrimônio da Codemig e do Estado tem uma concentração maior de nióbio. O cálculo de mais de 30 anos vem sendo escondido pela companhia, um cálculo previsto em mais de

R\$5.000.000.000,00. Isso já foi denunciado no Ministério Público no final do ano passado, está encaminhado ao procurador-geral do Estado e ao governador, além de ao conselho administrativo. É uma grande oportunidade que a gente tem de o governador deixar de lado essas medidas duras para a população mineira, abraçar essa causa e cobrar da CBMM.

Estamos apresentando um requerimento na Comissão de Minas e Energia pedindo uma audiência para solicitar ao Ministério Público, ao conselho administrativo e à Procuradoria-Geral do Estado que nos deem o relatório e que nos passem todas as informações. Vamos também aprovar um requerimento para fazer uma visita a Araxá, porque essa denúncia é grave - os documentos comprovam isso, pelas informações que tivemos. Cabe ao governador liderar esses processos. São mais de R\$5.000.000.000,00 no estudo prévio feito. Se aprofundarmos esse levantamento, pode ser uma grande solução para Minas, sem penalizar tanto nosso servidor e nossa população e a venda do patrimônio do Estado, que é a proposta que o governador tem defendido. Cabe a ele apurar ainda mais por meio dos documentos que já estão nas suas mãos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/4/2019

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, caros colegas, gostaria de compartilhar com os senhores a imensa tristeza que me abateu hoje, logo pela manhã, quando ouvi no noticiário que, em Brasília, nossos colegas parlamentares recusaram, votaram contra a Emenda nº 4, apresentada pelo Partido Novo ao Projeto de Lei nº 1.321, que permitiria que os partidos que assim desejassem devolvessem recursos do fundo partidário para a União, a fim de serem utilizados em educação, saúde e segurança pública. Nossos colegas, em Brasília, votaram ontem a matéria e a rejeitaram por uma margem, de certa maneira, até estreita. Lamento muito que eles tenham feito dessa maneira, porque isso vai totalmente contra o desejo da população.

Não quero me alongar na fala, mas quero pedir ajuda aos senhores. Somos 28 partidos nesta Assembleia, e apenas 6 votaram, de maneira unânime, em Brasília, favoravelmente ao projeto que permite a devolução dos recursos não utilizados para a saúde, a segurança e a educação. Votaram a favor, de forma unânime, o meu próprio partido, o Novo, mas ele não foi o único. Também foi unânime no posicionamento favorável a que esses recursos sejam destinados às prioridades do povo o PCdoB, do colega Celinho; o PPS, do colega Cleitinho; o PSB, do colega Roberto; o Psol, da colega Andréia, que nos prestigia hoje; e a Rede, da colega Ana Paula. Os demais partidos, em Brasília, posicionaram-se ou de forma unânime ou, pelo menos, de forma fragmentada contra esse importante projeto que permite que dinheiro não utilizado por nós, políticos, seja devolvido à saúde, à segurança e à educação.

A ajuda que eu gostaria de pedir aos senhores é que, como representantes legítimos do povo de Minas Gerais e, acima de tudo, como pessoas que estão muito próximas das bases, em contato com o povo, num dia a dia muito mais constante com os eleitores e os cidadãos deste estado que os nossos colegas que estão em Brasília; fazendo uso dos contatos pessoais que temos lá, dos contatos de amizade que temos com muitos parlamentares que estão lá, usemos da nossa influência para pedir aos colegas parlamentares de Brasília que revejam o seu posicionamento, porque a Emenda nº 4 pode ter sido rejeitada, mas a discussão sobre a possibilidade, a liberdade para os partidos que assim desejarem desenvolverem recursos ao fundo partidário, para que sejam aplicados em saúde, segurança e educação, não está encerrada em Brasília, pois ainda está em tramitação o Projeto de Lei nº 15/2019. E podemos ajudar esse projeto a passar. Peço a ajuda de todos vocês para que esse projeto passe.

Peço a ajuda do colega Betão, para que na bancada do PT, em Brasília, o colega Patrus Ananias não seja o único a votar favoravelmente a essa medida. Peço a ajuda dos colegas do PSDB, que influenciem também o restante de sua bancada para que apoiem essa importante missão. O povo de Minas Gerais, de maneira muito clara, deseja que mais dinheiro seja aplicado em saúde, segurança e educação. Temos a possibilidade de colaborar com isso. Temos a possibilidade de fazer diferença na tramitação desse projeto. Não podemos nos omitir. Minas Gerais espera isso de nós. E o Brasil será melhor se agirmos. Muito obrigado.

O deputado Coronel Sandro* – Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde. Como sempre, a despeito de qualquer coisa que nos aconteça, a gente não pode deixar de continuar exercendo a nossa missão aqui no Parlamento. E, dentre outras coisas, uma bem importante que classifico é apresentar proposições. Hoje apresentei uma proposição, que é um projeto de resolução. Como todos sabem, é competência desta Casa retirar do ordenamento jurídico quaisquer atos administrativos do governo que não estejam em consonância com os princípios que regem a administração pública, quais sejam, os princípios da legalidade, da moralidade, da razoabilidade, enfim todos aqueles princípios que nós, como parlamentares, temos o dever de defender.

Um tempo atrás, li na imprensa que uma aeronave do Estado de Minas Gerais foi utilizada para buscar o filho do ex-governador Fernando Pimentel na região turística de Escarpas do Lago. Não conheço, mas dizem que é uma belíssima região. Pretendo conhecê-la algum dia, claro, com os meus próprios recursos, pagando a minha passagem, pagando a minha hospedagem etc. Li isso na imprensa, fiquei estarelecido e falei: como uma aeronave do governo vai buscar o filho de um governador que está em férias ou em atividade de lazer? Não achei aquilo certo. Não era parlamentar à época. Tudo bem. E essa coisa ficou na minha cabeça.

Recentemente, li na imprensa que há uma ação na Justiça contra o ex-governador Aécio Neves pelo uso particular, em situação que não caracterizava serviço público, por mais de 1.400 vezes, de aeronaves no Estado de Minas Gerais e que essa ação, dentre outras coisas, está pedindo o ressarcimento. Acho que tem de haver uma ação para pedir ressarcimento também dessa viagem do ex-governador Fernando Pimentel, porque pau que dá em Chico dá em Francisco. Não sei se há ação, por isso estou falando que só li a matéria na imprensa. Li a matéria do ex-governador Aécio Neves e vi que há uma ação nesse sentido.

Então apresentei esse projeto de resolução, que é o instrumento legislativo adequado da Casa para retirar do ordenamento jurídico atos administrativos que não estejam de acordo com esses princípios.

Esse projeto, que, salvo engano, é o número cinco, visa sustar os efeitos do decreto que permite o uso de aeronaves do Estado para fins particulares também. Lembrando que há, no mesmo decreto, menção ao uso de aeronaves, à existência de aeronaves que estão tuteladas pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pelo Gabinete Militar e por outros órgãos, que são utilizadas exclusivamente em serviço. A sustação desse decreto não afetará o uso da aeronave para esses fins, porque essa utilização é regulamentada em dispositivos próprios.

Esse era o primeiro assunto que eu gostaria de tratar nesta Casa. O outro assunto é fazer um convite a todos os deputados que estão aqui. No próximo dia 7 de abril, na Praça da Liberdade, às 10 horas da manhã, estaremos lá, em um ato, uma manifestação de apoio às atividades da força-tarefa que investiga a corrupção no Brasil, a mais famosa delas – naturalmente que existem outras –, que é conhecida como Lava Jato. Então estaremos, no dia 7, às 10 horas da manhã, na Praça da Liberdade, junto com todos aqueles belo-horizontinos e outros mineiros de quaisquer cidades que queiram vir a Belo Horizonte. Acontecerão também manifestações em outras cidades, mas aqueles que queiram vir para cá, será um prazer estar com eles neste dia 7, lá, na Praça da Liberdade.

Por fim, para encerrar a minha fala - hoje não utilizarei os 15 minutos, presidente -, quero, mais uma vez, externar aqui os meus agradecimentos a todos os parlamentares desta Casa, por ocasião do que ocorreu com a minha família. Com raríssimas e honrosas exceções, pouquíssimos não se manifestaram, mas a grande maioria se manifestou, e eu fico sensibilizado. Quero agradecer por essa manifestação de carinho, porque nós podemos defender ideias diferentes, mas jamais podemos apoiar ou nos omitir em relação a atos de violência e de agressão contra qualquer pessoa que tenha uma ideia diferente da nossa. Então é isso que nós defendemos, e é essa a democracia que defendemos no Brasil.

Então é isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. Deputadas e deputados, muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Betão – Uma boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, trabalhadores da Assembleia Legislativa e público que nos assiste.

Sr. Presidente, eu queria fazer um relato, a princípio, de uma visita que fiz esta semana a Ubá, na Zona da Mata mineira, que é considerada um polo moveleiro, deputado Cristiano. Junto com outras cidades ali, São Geraldo, Tocantins, formam um polo moveleiro, com milhares de trabalhadores. Em Rodeiro, por exemplo, existe fábrica com cerca de três mil trabalhadores – uma fábrica. Em Ubá, se não me engano, são 11 mil trabalhadores, na base.

E existe uma forte tradição de carpinteiros naquela região, ali se tornou um polo moveleiro. Não só pela tradição, é preciso dizer que as empresas encontraram ali uma perspectiva de trabalhar com uma mão de obra a um preço mais baixo, numa tentativa de exploração sobre os trabalhadores. Mas, como em outras cidades do polo moveleiro, ali existem os sindicatos dos trabalhadores, que estão atentos à situação de exploração desses. E fiquei bastante chocado com a quantidade de amputações que os trabalhadores daquela região sofrem pelas más condições de trabalho que a fábrica oferece. São muitos trabalhadores. Existe um dossiê feito pelo sindicato de Ubá, e essa discussão já foi tema na Assembleia Legislativa de audiências públicas realizadas na região.

Recentemente, um deputado desta Casa entrou com projeto para se oferecer o selo de polo moveleiro para aquelas cerca de oito ou nove cidades em torno de Ubá. Mas temos de ter a preocupação, o olhar para aqueles trabalhadores da região e a pressão que eles sofrem.

Recentemente, a partir do processo de terceirização que foi implementado na legislação trabalhista, a “pejotização”, implementada pela reforma trabalhista, feita pelo golpista Michel Temer, levou milhares e milhares de trabalhadores a ser demitidos e passar a trabalhar como PJ. Vira uma empresa de uma pessoa só, que passa a fazer o serviço para a grande empresa. Principalmente as mulheres. Chegaram, inclusive, a doar o material e a máquina para elas poderem trabalhar em casa, sem qualquer tipo de direito.

Então, essa discussão pretendemos fazer e trazer também para a Assembleia Legislativa. E já pedi à Comissão do Trabalho e da Previdência que seja agendada audiência pública mais para frente, depois que fizermos as discussões nas comissões, para debatermos a situação desses trabalhadores da região do polo moveleiro. Assim como, na próxima semana, realizaremos audiência pública em Juiz de Fora, na Comissão do Trabalho e da Previdência, sobre a situação da Mercedes Benz. Não queremos que se repita, em função da guerra fiscal, o que aconteceu com a fábrica da Ford em São Bernardo do Campo.

Então, há muita discussão sobre se uma parte da montadora vai para o Espírito Santo, principalmente a questão das vans que são estacionadas na região da Mercedes. E fica uma dúvida: essa empresa conseguiu muitas isenções fiscais em Juiz de Fora na época do então prefeito, atual secretário de Governo, Custódio Mattos, que conseguiu trazer a fábrica da Mercedes para Juiz de Fora. Essa fábrica conseguiu ter muitas isenções e as renovou em troca de empregos. Os empregos não são mais aqueles que foram oferecidos na época, as isenções continuaram, e hoje há uma discussão se ela permanecerá ou não, mesmo em função da guerra fiscal que está sendo patrocinada por Dória em São Paulo e que pode atingir as cidades fronteiriças de Minas Gerais. Gostaria de compartilhar isso com as senhoras deputadas e os senhores deputados.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Betão, quero cumprimentá-lo pela sua atuação em toda a Zona da Mata, trabalho que V. Exa. vem fazendo tanto na educação quanto na defesa dos trabalhadores. E traz aqui um problema seríssimo, que é a situação das condições daqueles que são acidentados no polo moveleiro da Zona da Mata.

É claro que temos de lembrar que isso se dá em decorrência da falta de investimento em um plano de trabalho com segurança, por meio das comissões internas de prevenção de acidentes, da instrumentalização correta, da capacitação dos trabalhadores, do respeito à jornada, para que não haja exaustão, que tem também como fator a ocorrência de acidentes. As empresas precisam ter todas essas responsabilidades com o trabalhador, com a integridade do trabalhador. Ele é que é fundamental para que a produção aconteça. Isso desperta... O senhor se lembrou da questão da terceirização, que, lá atrás, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo golpista na retirada de direitos dos trabalhadores.

O deputado Betão – Perfeito.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – A precarização das condições de trabalho. Sabemos que, via de regra, os trabalhadores terceirizados se acidentam mais, não têm os seus direitos garantidos, recebem menos do que os trabalhadores que possuem vínculo direto com o empregador. E, como se não bastasse, o governo - já havia o modelo da terceirização para as atividades-meio -, propõe o modelo de terceirização para as atividades-fim. Não tenho dúvida de que, entre outras coisas, haverá redução dos salários pagos e do poder aquisitivo dos trabalhadores e aumento do número de acidentes, em decorrência dessa desestruturação.

Outro ponto, temos que lembrar, no pacote antitrabalhador, vem depois da reforma trabalhista, que, na mesma toada, retira direitos e flexibiliza aqueles que já estavam consagrados na Constituição e na CLT, colocando o negociado sobre o legislado. Então, temos que voltar a alertar os trabalhadores, deputado Betão, e lembrá-los da perda desses direitos. Lá atrás, com a terceirização, e posteriormente, com a reforma trabalhista, eles disseram: “Vamos adotar essas medidas para que o País volte a gerar emprego”. Pergunto: quantos empregos foram criados no Brasil depois que essas medidas foram adotadas? Há uma sensível, pequena, pífia recuperação do emprego, mas não há a criação de novos postos de trabalho, pelo contrário.

Lembro ainda que, no governo do ex-presidente Lula, houve uma taxa de desemprego de pouco mais de 4%, ampliação dos direitos dos trabalhadores, como o das empregadas domésticas, e não a retirada de direitos. Por que estou falando disso tudo, deputado? Porque, além do que V. Exa. traz a respeito da situação que hoje está consolidada para os trabalhadores da Zona da Mata, de toda maneira em Minas e no Brasil, enfrentaremos agora, em curto prazo, na agenda política do atual governo, a reforma da Previdência. A gente está colocando a conta da retirada de direitos lá atrás, com a terceirização, com a reforma trabalhista do presidente golpista, Michel Temer, mas ele não fez isso sozinho, a Câmara, o Congresso o apoiou. Entre os que apoiaram, está o atual presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, que foi base de Michel Temer.

A turma acha o seguinte: “Vamos votar no Bolsonaro para tirar o PT”. Não! Votou no Bolsonaro, e o PT já estava fora há muito tempo. Votou no Bolsonaro porque queria mudanças. Mas que mudanças são essas se ele foi base de Michel Temer durante todo aquele tempo? Não só base, foi também eleitor de Michel Temer, porque, quando ele votou pela saída da Dilma, sabia que quem assumiria não era outro, senão o próprio Michel Temer.

Para finalizar essa questão da reforma da Previdência, destaco que ela está na agenda do dia. Sei que não cabe aos deputados estaduais votar a reforma da Previdência, e, sim, aos deputados federais. Mas não é possível que não vamos ter o mínimo de sensibilidade com o povo mineiro, que será afetado por essa medida. Temos os nossos partidos, e os nossos partidos têm os deputados federais, alguns têm senadores. Qual é o recado que vamos levar para esses companheiros? Qual é o posicionamento que queremos? Retirar direito do trabalhador rural? Retirar direito do professor, ampliando o seu tempo na sala de aula? As mulheres estão sendo muito afetadas, o BPC dos idosos também, e o modelo de capitalização só interessa ao mercado. Isso não é reforma de Previdência, isso é destruição do modelo da Previdência.

Então, que o povo saiba: as duas medidas que anunciaram, que seriam amargas mas necessárias para o País voltar a crescer, gerar empregos, não trouxeram resultados. E a reforma da Previdência é outro engodo, que só interessa ao grande capital. Obrigado, deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, deputado Cristiano. Lembro que os deputados estaduais não votam a contrarreforma previdenciária, mas podemos estar juntos nessa luta, e é o que estamos fazendo a todo momento. Vejo vários deputados se articulando, movimentando-se para esclarecerem à população o que é esse ajuste fiscal da Previdência proposto por Bolsonaro e que acaba com a vida dos trabalhadores. A pessoa não vai conseguir se aposentar.

O pior, Cristiano, é que é exatamente na juventude que acaba... Há jovem achando que vai poder capitalizar individualmente e, depois, mais na frente, vai pegar o dinheiro para comprar um carro e trabalhar na Uber. Isso não existe!

Essa é a capitalização individual, com 40 anos de contribuição e 65 anos de idade para se aposentar. E, se contribuir sobre um salário mínimo, receberá R\$240,00 de aposentadoria, e o governo complementar para que ela chegue a R\$400,00. Portanto, está de parabéns o deputado Cristiano, que está antenado com essa discussão.

Queria me solidarizar com o Coronel Sandro, pois também vivi a situação que ele relatou, ou seja, fui hostilizado por pessoas que defendem outra ideia que não a minha; às vezes, só pelo fato de estar vestido com uma camisa vermelha. Então, quero me solidarizar com ele, mas procuro entender, deputado Cristiano, deputado Cleitinho, como uma pessoa vai a uma manifestação com uma camisa do Cel. Ustra. Não sei se as pessoas sabem quem ele foi, mas é importante lembrar, porque isso pode ter agudizado a situação vivida pelo Coronel.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, lembro que, há dois anos, 40 oficiais da aeronáutica da Argentina - onde não houve anistia para nenhum dos lados do processo da ditadura militar - foram presos porque participaram do esquadrão do voo da morte: eles pegavam opositores ao regime militar da Argentina e, voando sobre a bacia do Rio da Prata, os jogavam vivos do avião. E foram descobertos depois que duas freiras holandesas, que estavam desaparecidas, foram encontradas na beira do Rio da Prata.

Aqui, no Brasil, ao contrário, houve anistia geral e irrestrita para todo mundo, mas a única pessoa que foi considerada pela Justiça oficialmente como torturador e confesso foi o Cel. Ustra. Sabe como ele torturava, deputada Leninha? Uma das formas era o voo da morte: de avião, saía de Petrópolis em direção à Baía da Guanabara, que é muito perto, e tampava a pessoa lá de cima, dentro da água. Outra forma de tortura era colocar uma tesoura no bico do seio da mulher ou um rato em sua vagina. Esse é o Cel. Ustra, e há gente que faz questão de lembrá-lo. Ele é réu confesso, faleceu, mas foi à Comissão da Verdade e falou que o que tinha que fazer era aquilo mesmo.

Então, uma pessoa que aparece com a camisa do Cel. Ustra... Aliás, essa discussão só apareceu em função das bobagens, das besteiras que Bolsonaro fala em público: querer comemorar o golpe militar, que, na época, foi apoiado por grande parte da imprensa – imprensa que já veio a público se desculpar por esse feito. E ele levantou essa discussão. Por isso, no dia 31 de março e no dia 1º de abril, houve uma certa confusão, sentimentos afloraram, pelas bobagens que ele disse. É um capacho do governo Trump que foi para os Estados Unidos e, agora, para Israel, para falar: “Sim, senhor”; “sim, senhor”; “sim, senhor”. É isto que ele foi fazer nos Estados Unidos: entregar o pré-sal, a Base de Alcântara e está prometendo entregar a Previdência brasileira.

Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras, para não extrapolar o tempo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a toda a população presente; boa tarde, deputados, deputadas, imprensa, servidores desta Casa. Queria colocar uma pauta importante, que será tratada, e acho que temos que trazê-la para a Assembleia. Temos que colocar aqui o que precisamos fazer para melhorar Minas Gerais, para fazer o Estado crescer, assim como a sua economia.

Uma das pautas que coloquei ontem, em minha rede social, e tive uma surpresa muito grande... Aliás, já sabia como seria, nem foi surpresa, pois eu já sabia como seria a questão da privatização. A pauta que coloquei foi privatizar a Copasa.

Perguntei aos meus seguidores – tenho meio milhão de seguidores espalhados no Brasil inteiro, mas a maioria é daqui, de Minas Gerais – o que a população tem para falar sobre a Copasa, se ela presta serviço de qualidade e se é a favor de privatizar. Noventa por cento foram a favor de privatizar a Copasa.

Eu sou a favor de privatizar tudo? Não sei. A gente tem de estudar tudo para ver. Tenho a realidade da Copasa todos os dias. Você pode ir a qualquer município de Minas Gerais e perguntar a um cidadão se ele está satisfeito com a Copasa. Pergunte a um cidadão se ele está satisfeito com a Copasa. “Mas o que é isso, Cleitinho? Privatizar não é bom, vai aumentar o valor da água”. Vai aumentar? Pegue uma conta de água de qualquer cidadão e olhe se tem como aumentar mais valor.

A gente tem de trazer a concorrência. “Mas não tem jeito de abrir concorrência”. Tem jeito de abrir concorrência, sim. Estou deixando bem claro aqui que não sou a favor de privatizar tudo, mas sou a favor de privatizar a Copasa. Tem de privatizá-la urgentemente. É um bando de cabide de emprego que existe dentro da Copasa. Eu tenho propriedade para falar porque não fui lá. Não estou falando desta gestão, mas sabemos que há governador que indica cargo dentro da Copasa, há deputado federal que indica cargo dentro da Copasa. Gente que tem que trabalhar lá, que tem competência para trabalhar não trabalha. Então, o mando de lá é funcionário fantasma, cabide de emprego, indicação.

Está vendo? Então, sou totalmente a favor de privatizar a Copasa.

Outra coisa, gente, tem que mudar essa lei de dar concessão de 30 anos. Nem casamento hoje dura 30 anos mais não, gente! Você dá uma concessão de 30 anos, aí, entra um prefeito que quer fazer diferente... Você pega o contrato da Copasa... é um contrato amarrado. O prefeito ou o governador - seja quem for - fez um contrato amarrado que só beneficiou a Copasa, não beneficiou o povo.

De repente tem um prefeito que quer fazer diferente e não consegue porque o contrato é amarrado, porque fez a concessão lá de 30 anos. Isso tem de mudar. “Não, Cleitinho. É porque tem de investir.” Mentira! Quem investe é o povo! É o povo que investe no tratamento de esgoto! A única coisa que eu já vi aqui que é a coisa mais covarde que existe - até em relação à concessionária também, esse negócio de estrada é igual; inclusive, vai acontecer audiência amanhã, aqui - é a população pagar primeiro. A população que paga primeiro, Heli, mas quem tem de pagar primeiro é a Copasa. É a ETA que tem de pagar primeiro. “Não, porque tem de fazer uma concessão de longo prazo com ela, porque está investindo.” Não está investindo nada! Quem investe é o povo. Depois que está pronto que ela vai investir. Investir no que depois que está pronto e o povo já pagou? Portanto, a gente tem de privatizar a Copasa, sim. Tenho certeza de que, pelo menos, serviço de qualidade vamos ter.

Não aguento mais isso. Toda hora chega no meu telefone uma mensagem de alguém: “Cleitinho, aqui está faltando água”; “Cleitinho, aqui a água está suja”; “Cleitinho, está assim: não tem esgoto, não tem tratamento, não tem isso”. Aí você vai falar o quê? O que mais temos para falar da Copasa? Já fizemos tudo que tinha de fazer com a Copasa aqui. Até bloqueador de ar lá na minha cidade... Quando eu era vereador, fiz projeto para acabar com o ar, porque até o ar a Copasa cobra. Então, não há o que fazer. A única coisa que temos para fazer, Heli, é privatizar.

Fique à vontade aí.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade.

Deputado Cleitinho, gostaria de ser solidário a sua fala. Primeiro, em relação à questão da Copasa, quero dizer que a água é elemento essencial para nós, mas ela não pode permanecer da forma como está. Você disse muito bem em relação à administração da Copasa, principalmente do governo anterior. A gente ouvi aqui, vai aí, bate no governo atual. Mas, na verdade, o governo atual não tem culpa de nada. Tudo isso aconteceu em razão dos governos passados.

A Copasa não é a única companhia que fornece água. Por exemplo, na minha cidade não existe Copasa. Uberaba tem a Companhia de Águas do Município, é uma água de primeira qualidade. Temos água em todos os cantos da cidade, e a gente vê reclamação na região das cidades vizinhas, que são clientes da Copasa. E o povo sofre muito em relação a isso.

Então, a Copasa pode ser negociada, privatizada, até porque diminuí o cabide de emprego - que você já disse aí muito bem - e ainda dará oportunidade ao povo de pagar menos pelo valor do litro de água. Porque, da forma como está acontecendo, embora seja um elemento essencial à vida a questão da água, do jeito que está indo, daqui a pouco água vai ser remédio, vai ser tomada em conta-gotas, e não dá para ser assim.

Então, faço uma análise da Copasa em relação à companhia de águas, o Codau, que temos em Uberaba. É fantástico. É uma administração que está indo bem a do Codau. Hoje o Codau faz inúmeros recapeamentos asfálticos em Uberaba, investimento na cidade, e o preço da água não é tão alto quanto o da Copasa. Então, isso precisa realmente ser corrigido.

Estou junto com você, deputado. A Copasa tem de ser negociada e escolher o melhor caminho para ela.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado, Heli. Houve até um comentário nas redes sociais assim: “Ah, não. Mas privatizou a Telemig. Olhe como ficou!”. Abriu a concorrência, abriu o mercado. Se não está satisfeito com a Vivo, você vai para OI; se não está satisfeito com a OI, você vai para a Claro. Agora, se não está satisfeito com a Copasa, você tem de beber água suja ou ficar sem água. Não tem jeito de você fazer nada. Então, chegou ao limite, porque não tem o que um parlamentar fazer mais com a Copasa, a não ser meter o pé na bunda dela.

Fique à vontade, Carlos.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Cleitinho, quero, primeiro, cumprimentá-lo por levantar esse tema, pois, mais dia, menos dia, nós teremos que tocar nesse assunto, botar o dedo na ferida. Não tem jeito. É claro que existem os prós e os contras. Mas a população não quer saber se está na Copasa ou em outra companhia. Independente disso, ele quer um serviço de primeira qualidade, um serviço que possa caber dentro do orçamento das pessoas, principalmente das mais pobres.

Tenho sido um crítico ferrenho da Copasa num ponto, sobre o qual, até então, ela não falou nada, ficou caladinha, está muda, que é a destruição que ela tem feito no meio ambiente do nosso estado. A Copasa, para mim, age como um gafanhoto, que, quando vê uma cultura bonitinha, vai lá, come tudo e, depois, vai embora. A Copasa usa a água superficial e, quando a água acaba, não se preocupa em fazer a manutenção das matas ciliares para recuperar novamente aquelas nascentes. Daí o que ela faz? Começa a perfurar poços artesianos.

Então, acho que o grande erro da Copasa foi entender que ela tem de ter custo, por qualquer preço. Ela tem que ter água boa – não estou falando que a água é ruim – e vendê-la caro. A água da Copasa é cara; e ela a recebe de graça. Está ali o curso d’água, que, quando acaba, seca. No Norte de Minas, que o senhor conhece bem, a Copasa tem feito isso. Não tem se preocupado em preservar as nascentes. Se secou, o problema é da região, vão furar poço e arranjar outra captação de água.

Portanto a Copasa vai pagar pelos seus próprios erros e terá de defender-se aqui e dizer: “Não. A partir de agora quero entrar na concorrência”. Se abrir a concorrência, ela entra também com preço melhor e produto de qualidade. O senhor está levantando um problema que nós teremos de discutir aqui. Faz parte de um projeto. Não podemos sair dessa discussão. Mas acho que o senhor está coberto de razão. A discussão tem de ser feita à exaustão. A Copasa vai pagar caro pelos seus próprios erros.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado, Pimenta. Há algo importante que o Carlos disse aqui. De acordo com a lei, 5% do seu orçamento a Copasa tem de investir no meio ambiente. Mas ela não faz isso.

Então, queria até provocar o secretário de Meio Ambiente para que fiscalize essa situação. Olhem o faturamento que ela teve no ano passado. Ela tem de investir 5% desse faturamento no meio ambiente, mas não investe. Nós temos de tratar isso com urgência. O povo não aguenta mais isso. Não vem com esse papo de que vai aumentar mais. Não tem como aumentar mais a água. Hoje um cidadão comum, que tem um salário normal de trabalhador, está pagando R\$150,00 de água com um tratamento que não existe. Então, isso chegou ao limite. É o que estou falando. Há alguma maneira de a gente fazer melhorar? Para mim, a única maneira é privatizá-la. Outra coisa: 50% já é privado e, se não me engano, 49% é público. Então, privatiza tudo de uma vez, que assim a gente tem mais autonomia para cobrar. Parece que o Estado também não faz nada.

Agora queria convocar toda a população mineira para a audiência amanhã, às 14h30min, a fim de tratarmos da BR-135. Se não me engano, o Douglas também assinou o requerimento. Não é isso, Carlos? Acho que é de suma importância também porque o Norte de Minas...

Outra situação é a tarifa de R\$7,20. Vou repetir: tarifa de R\$7,20. Pega a planilha de custo. Você tem de mostrar para nós porque custa R\$7,20. Não tem condições uma situação dessa. A concessionária falar que... Quem está investindo é o povo e não a concessionária. Ela é que tinha de bancar tudo primeiro, para, depois, o povo pagar. Mas o povo paga primeiro. É só no Brasil que isso acontece. Aí é como eu falo: ela recebe uma concessão de 30 anos! Vou repetir: nem casamento hoje está durando 30 anos. Uma

das coisas mais covardes que já vi é dar a empresas 30 anos para tomar conta de transporte público. “Ah, mas é porque ela investiu e tem de recuperar”. Investiu o quê, gente? Essas empresas são só à vista. Passe num pedágio para ver se você consegue passar sem pagar. Não vai passar. Com a Copasa é a mesma coisa. Fique sem pagar uma conta de água para ver se, no outro mês, ela não corta. É a mesma coisa com o pedágio. Fique sem pagar que eles não abrirão a cancela para você. Então, é fácil demais da conta. Portanto a gente precisa mudar isso aí.

Falando em mudar, Fernando, só lembrando, na semana passada, a gente votou um projeto aqui para derrubar o veto.

Era para dar um recado para o Zema, mas acho que a gente tem que dar um recado para a população, porque esta Casa aqui é cara, já faz mais de dois meses que a gente está aqui, e votamos três projetos: um para o secretário vir aqui – e, com esse projeto do secretário, ficou pior, porque a gente quer que o secretário nos atenda, e ele não atende; acho que está na cabeça deles que vão vir só de três em três meses. Então, não querem atender a gente. O outro projeto foi o de Brumadinho, porque aconteceu uma desgraça. O que me chama a atenção é que, na hora em que acontece uma desgraça, votam o projeto em um dia; em 24 horas, passa por todas as comissões, depois votam.

E há tantos projetos bons para votarmos. Esta Casa é cara. A gente sobe aqui para falar e falar, mas a gente tem que estar aqui aprovando projetos; a gente tem que colocar aqui projetos para votar. Há muitos projetos bons para a gente votar. Há projetos que estão arquivados há cinco anos. Quer dizer, a gente está aqui todas as terças, quartas e quintas para votar projetos. Então, acho que está na hora de a gente refletir sobre isso. É preciso passar rápido nas comissões. Estava conversando com o Guilherme, esses dias, e ele falou comigo em tom de brincadeira; eu propus um projeto, que já protocolei, e ele brincou, falou que não gostou do projeto e que, na hora em que chegasse à Comissão de Constituição e Justiça, iria barrá-lo. Então, ele vai ter que barrar e me dar uma justificativa de por que barrou. Acho que a justificativa tinha de estar aqui. Se o projeto é constitucional, se não é inconstitucional, devem trazer para o Plenário para debatermos aqui; vamos derrubá-lo aqui. Essa é a democracia, sim ou não, interpretação; se você achar que esse projeto não é bom, vai trazer para cá, e a gente vota aqui.

Então, fica à vontade, Fernando. Eu e o Fernando já viemos conversando isso não é de hoje. Não é, Fernando?

O deputado Fernando Pacheco (em aparte)* – É verdade. Quero agradecer-lhe o aparte, Cleitinho. Esse é um problema que acho um dos mais crônicos desta Casa. Estou chegando agora e, realmente, não conheço muito sobre o andamento da produção desta Casa, mas acho inadmissível recebermos os vencimentos que recebemos e esta Casa trancar a pauta, não ter quórum, não produzir, e nós todos pagamos por isso. Eu e os outros que também entraram agora não entendemos. E faço a crítica em sentido construtivo porque nós temos de prestar conta do que produzimos aqui. Por que não votar os vetos, que são uma coisa de praxe? Queremos entender se a questão vai ser do jeito que a Assembleia quer ou se vamos acompanhar o que o governo quer, com seus motivos. Não vejo nenhum motivo para obstaculizar a votação dos vetos. E agora até o projeto de urgência entrou na frente.

Não estou muito confortável com essa posição de inoperância, com essa letargia de não se dar andamento às coisas que aqui chegam. Imaginem os nossos projetos quando forem para a pauta - se forem -, quando serão votados? Como é meu primeiro mandato como deputado, não estou entendendo esse critério para a votação e muito menos o fato de haver deputados que não querem votar. Não estou falando de um ou de outro, estou falando de forma geral, pois essa pauta de veto, há três semanas, quase um mês, está rodando, e não se vota. Alguns entendem, mas eu não consigo entender.

Então, queria agradecer-lhe pelo aparte. Você foi minha voz para levantar essa questão, e eu não posso me omitir porque tenho de prestar conta do mandato; nós temos de enfrentar os desafios, porque só assim o político vai ser respeitado. Muito obrigado pelo aparte, Cleitinho.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado, Fernando. Como eu disse, esta Casa custa caro ao povo, então a gente tem que produzir aqui. A gente coloca projeto direto aqui. Coloque esse projeto para votarmos aqui. Se ele for inconstitucional, tudo bem, mas, se estiver dentro da legalidade, coloquem em votação; coloquem, pelo menos, para a gente discutir. Há quase dois meses, estamos

aquí, terça, quarta e quinta; a gente sobe aquí e não resolve nada. É Ustra, é não sei o quê, e não resolvem nada. Há a reforma da Previdência, e tudo bem. A gente tem a representatividade. A gente vota a reforma da Previdência? Não vota. Então, a gente tem que votar o que é da nossa competência, é isso o que temos que discutir aquí. Fique à vontade, Bartô.

O deputado Bartô (em aparte)* – Vou falar rapidinho, porque está acabando o tempo. Queria só dar parabéns pelo tema da privatização da Copasa. Acho que têm realmente que privatizar tudo. Vocês sabem que minha posição é um pouco mais à direita, liberal. E não é só privatizar a empresa, mas o setor também. Você comparou com a telefonia, e qualquer passo que vá em prol da privatização realmente promove grandes melhoras. Porém, como o setor não foi privatizado, acaba que a gente fica só em mão de quatro, fica bem complicado. Obrigado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Sr. Presidente, eu vou concluir. Falando em projeto aquí, queria só dizer que eu protocolei um pedido da área da segurança pública para ampliar o limite da idade. Hoje, a idade para se fazer um concurso... Vou concluir agora. Só queria colocar esse projeto aquí. Acho que é da Comissão de Segurança Pública e queria pedir para ela estudar e dar apoio para a gente. Quem quer fazer o concurso hoje tem que ter 35 anos, então a gente está propondo 30 anos, porque agora é curso superior. Então, esse projeto é de suma importância para a segurança pública de Minas Gerais, vamos colocar em votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Alessandro Lisboa; Aloísio Silva; Ana Luiza Veloso; Angelita Assis; Armando Grossi; Aroldo Oliveira; Bruno Rodrigues; Carla Pereira; Carlos Alberto; Carlos Faria; Carlos Pereira; Cássia Aparecida; César Augusto; Cláudio Martins; Conceição Mendes; Cristiane Campos; Cristiano Jorge; Cristiano Serafim; Daniel Abdalla; Dione Souza; Edeni Nascimento; Egilson Almeida; Eliane Melo; Eliane Torres; Elis Costa; Elis Moreira; Elisabete Reis; Emerson Silva; Emerson Pavarina; Evandro Santos; Fabrício Faria; Francis Silva; Francisco Santos; Geraldo Moreira; Geraldo Medeiro; João Oliveira; João Alves; João Silva; João Marques; João Altino; João Valadão; João Tomaz; Joaquim Figueiredo; José Santos; Josilene Santos; Josué Ferreira; Juliana Resende; Juliana Esteves; Júlio Teixeira; Leandro Barbosa; Lecilda Oliveira; Levi Gonçalves; Lúcia Miranda; Luciana Alves; Luciano Almeida; Luiz Alves; Luiz Silva; Luiz Reis; Manoel Araújo; Márcio Grilo; Maria Bueno; Marina Lourdes; Max Elias; Milton Xisto; Miraceibel Rosa; Miraele Rosa; Mirana Sobrinho; Mirdei Rosa; Natália Couto; Nathalia Araújo; Nilson Pinto; Noel Oliveira; Olímpio Pinto; Paulo Esteves; Reginaldo Garcia; Renato Sousa; Robert Ruan; Robson Mário; Rodrigo Santos; Rogério Santos; Rosana Dias; Samara Souza; Saulo Santos; Sérgio Peixoto; Tiago Silva; Uberlando Silva; Vagner Silva; Walaci Júnior Silva; Wandemar Silva; Yago Mendes.

Boa tarde, presidente, colegas parlamentares, imprensa que nos acompanha e população que está nas galerias. Fiz a leitura agora de todas as pessoas que a Vale ainda não entregou aos seus familiares.

É um sentimento de profunda incapacidade, de profunda inutilidade como deputada não ter feito ainda o suficiente para que essas famílias possam velar e enterrar os seus mortos. Então, o que nos resta é ocupar esta tribuna, conseguir discutir sobre a vida concreta das pessoas.

Temos as nossas disputas ideológicas e precisamos tê-las; nossas disputas de projetos e precisamos tê-las, e são legítimas, mas me pergunto quantas vezes fazemos tais disputas aquí, neste Parlamento de tapete vermelho, que se distancia da vida concreta das pessoas. Então, quero dedicar a minha fala a essas famílias que ainda não conseguiram enterrar os seus mortos.

Presidente, desde sexta-feira, estou participando de atividades relacionadas a violações de direitos da mineração. Quero dizer ao Plenário – são oito deputados no Plenário contando comigo – que Barão de Cocais pede socorro. Na sexta fizemos uma audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos. A população pede socorro. É uma população que não dorme, que não tem informações certas da mineradora, que é a Vale. A situação é tão grave, deputados, que o fórum da cidade e o Ministério Público estão saindo, estão se deslocando, mudando a sua sede de onde hoje se localizam em Barão de Cocais com o receio do rompimento da

barragem. O que pudemos ver e ouvir, além do grito de socorro da população de Barão de Cocais e região, é que a Vale, mais uma vez, não se importa com a vida, ela não informa corretamente as pessoas. Na audiência pública, escutamos uma senhora que, depois de ter dedicado a sua vida ao trabalho, ao se aposentar, vendeu o seu terreno, a sua casa em Barão de Cocais para morar na região do Córrego do Feijão, ou o inverso. Fato é que ela não consegue terminar a venda num lugar para comprar o seu local, que era mais próximo da sua família.

Ontem, o deputado Celinho Sintrocel, como presidente da Comissão do Trabalho, realizou uma audiência pública para debater as consequências dos empreendimentos depois do crime da Vale no Córrego do Feijão. As pessoas não têm como pagar as suas contas. A agricultura familiar não tem onde plantar nem o que colher. A piscicultura acabou. Não há água. Mesmo no caso de quem produz, as pessoas não acreditam naquela produção e não compram o que é produzido pela agricultura familiar da região com medo de contaminação.

No próximo dia 17 de abril, faremos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Agradeço profundamente a sua presidenta por estar acolhendo todas as nossas solicitações relacionadas às mineradoras. Em Macacos, o que escutamos dos comerciantes, dos donos de restaurantes, das pousadas é como o medo de uma nova ruptura de barragem está acabando com aquela região. Eu me perguntava ontem, durante a audiência, se isso não é propositivo para a mineradora. O que é isso? Limpar, deputado, limpar a área, tirar as pessoas do caminho da mineração.

A quem interessa que Macacos deixe de ser a nossa querida Macacos, lugar aonde vamos no final de semana, onde procuramos um restaurante que tem a nossa comida tradicional mineira, as nossas pousadas? A quem interessa limpar os nossos territórios para que a mineração atue livremente?

Então, eu faço desta minha fala uma tentativa de externar os vários pedidos de socorro que eu tenho escutado em relação à mineração e à forma predatória que ela atua. Ela não está cuidando das pessoas que foram atingidas pelo crime em Brumadinho. Ela não respeita as pessoas naquilo que elas perderam. Ela não faz processos corretos de negociação.

Eu escutei ontem, deputado, que a mineradora falta às reuniões, manda estagiário às reuniões. O que é isso, depois de um crime cometido por ela, não só contra as pessoas, mas contra todo o nosso povo? Concedo um aparte à deputada Leninha.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputada Beatriz.

Lógico que nós estamos juntas, e muitos dos nossos colegas aqui também, nessa luta. A gente não deve esquecer, inclusive, tudo isso que está acontecendo nesses municípios. Estamos recebendo vários requerimentos e estamos acompanhado tudo pela mídia. As pessoas não estão dormindo direito devido à sirene que toca, a preparação para a rota de fuga e toda a estrutura preparada pelo Estado para evitar outro crime, mas sabemos que muitos direitos estão sendo violados. E a gente vem acompanhando...

Eu queria aproveitar, porque hoje também recebemos uma denúncia que, de certa forma, nos deixa bastante aflitos. Parece que mesmo com os crimes da Samarco e da Vale, aqui, em Minas Gerais, o setor minerário continua ditando as regras da exploração sem limites no Estado. Chegou uma denúncia de uma comunidade que foi reassentada depois da barragem de Irapé, a comunidade de Bela Vista, no Município de Botumirim. Uma empresa que não tem licenciamento para fazer atividade, a empresa Fhae Granitos do Brasil, voltou a minerar, de forma ilegal, no reassentamento Bela Vista, no Município de Botumirim, no Norte de Minas Gerais. Ela já tinha iniciado a exploração sem licença ambiental, sem autorização da lavra, do DNPM, em setembro de 2018. Depois de muitas denúncias, muita resistência das comunidades, houve uma ação de fiscalização da Polícia Militar, do Ministério Público estadual, da Semad. E, em novembro de 2018, eles paralisaram as atividades.

Estranhamente, hoje, eles retomaram as atividades. As organizações que acompanham essa comunidade já confirmaram que não há licenciamento para a retomada das atividades minerárias dessa empresa. Mas isso é o que aconteceu aqui, no Estado. Esse processo de licenciamento e a política ambiental que não faz uma interferência rápida para que as coisas não se compliquem e

compliquem a vida do povo fazem com que essas mineradoras, essas empresas com atividade minerária no Estado se sintam à vontade para fazer o que quiserem, na hora em que quiserem.

Essa é uma denúncia que, com certeza, ocorre em milhares de locais. Estamos vendo ainda a atividade minerária, sem o licenciamento devido, sem, de certa forma, cumprir com o trâmite, começar suas atividades. De certa forma, o que nós estamos discutindo é um outro modelo de desenvolvimento para este estado. Então, vale esse alerta. Aproveitei a sua fala nesse sentido, entendendo que, para nós, parlamentares, esse assunto de barragem de mineração não pode se encerrar com tudo isso que está acontecendo.

Inclusive, as pessoas dizem: “Há sempre muitas reuniões, muitas reuniões, mas efetivamente temos conseguido fazer muito pouco, inclusive, para as famílias”. É essa a nossa preocupação. Quando a gente se reúne com o Ministério Público, com a Defensoria Pública do Estado é para acompanhar de perto tantas famílias atingidas pelo crime, como as famílias que estão também sendo atingidas por esse alerta cotidiano de sirenes, não conseguindo dormir com toda essa confusão criada nessas comunidades. Muito obrigada pelo aparte. Estamos juntas.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Eu que agradeço. Deputado Bartô.

O deputado Bartô (em aparte)* – Parabéns em lembrar todas as pessoas que ainda continuam desaparecidas. Realmente é de grande pesar para o nosso estado continuar com essa tragédia criminososa que aconteceu dessa forma. Cabe a nós, autoridades e demais autoridades, ir atrás e punir essas empresas, punir de forma severa não só as empresas como todo o sistema que coadunou para que isso acontecesse, a fim de que não aconteça mais.

Acho que até o próprio setor precisava se mover, fazer os devidos apontamentos e se defender, pegando os responsáveis que fizeram coisas tão negligentes. Temos acompanhado esse acontecimento, no dia a dia, e visto que realmente foi um crime.

Então, fica aqui a minha solidariedade a todas as vítimas. Parabéns, Bia.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Obrigada, deputado Bartô. Só quero, presidente, reafirmar que continuarei subindo a esta tribuna e que continuarei lendo os nomes até que eu não tenha nenhum nome mais para ler. Se a gente não estiver aqui em defesa da vida, da vida em abundância e da vida com dignidade, não vale a pena estar aqui na representação daquelas pessoas que queremos representar. Então, a gente está colocando o mandato nessa defesa, pelo tempo que for necessário.

E um recado às mineradoras: terão, em nosso mandato, uma inimiga à altura daquilo que fazem com o nosso povo. Esse modelo de mineração não serve para o nosso estado. Não queremos um modelo que mata e depois ignora as pessoas, que deixa as pessoas na miséria, na fome e na humilhação, recebendo cestas básicas. Quem sempre trabalhou e nunca precisou pedir uma cesta básica hoje recebe uma cesta básica, como disse a senhora ontem, com produtos que ela sequer utilizará. Então, essas pessoas estão sendo submetidas a uma humilhação, enquanto os acionistas da Vale lucram milhões e estão em suas casas confortavelmente.

Então, é reafirmar o nosso compromisso. E as pessoas que morreram têm nome e precisam ser lembradas permanentemente, até que esse crime seja punido. Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Presidente, deputados e deputadas, público que nos acompanha de Casa, na mesma direção do que disse a deputada Beatriz Cerqueira – quero parabenizá-la pelo pronunciamento -, apoiamos, certamente, essas ações no sentido de fazer a defesa de toda a população que está sendo atingida por esse crime da Vale.

Trago, neste momento, presidente, uma denúncia muito séria. Já tratamos desse assunto nesta tribuna e também na Comissão de Defesa do Consumidor. Essa denúncia foi registrada numa matéria do jornal *Super Notícia* do dia 1º/3/2019 e é a seguinte: empresas fingem que contratam. É o caso da retirada dos cobradores, tanto da região metropolitana quanto de Uberlândia, onde ocorre a mesma prática. Então, há uma denúncia que foi muito bem fundamentada e está registrada no jornal *Super Notícia*. (-

Lê:) “As pessoas admitidas para trabalhar como cobradores de ônibus denunciam que exercem outras tarefas, como a de faxinar, por exemplo.” Vou trazer alguns trechos dessa matéria: (- Lê:) “Dois meses após a Prefeitura de Belo Horizonte firmar um acordo com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – Setra-BH – exigindo a contratação de 500 cobradores por parte das concessionárias, em contrapartida ao reajuste de 11% na tarifa, denúncias revelam que as empresas estão burlando o compromisso. Funcionários recém-admitidos pelas concessionárias contaram à reportagem que foram admitidos para atuar como cobradores, mas que estão exercendo outras funções, como a de manobrista, faxineiro, porteiro”. Enfim, dizem: (- Lê:) “Um trabalhador passa o dia na manobra, aguardando o ônibus na garagem. ‘Junto comigo, tem mais uns 10 novatos, e todo mundo está assim na garagem. Rodar mesmo só quando tem alguma *blitz*. Aí vai todo mundo correndo para as estações’, contou em anonimato um homem contratado no início de fevereiro.

Integrantes da Comissão de Transporte da Câmara Municipal e de movimentos que atuam pelo retorno de trocadores para os ônibus reforçam a denúncia: ‘Contratam pessoas que não atuam como cobradores’. ... Demitiram mais de seis mil pais de famílias e estão fazendo essas admissões ... disse Cleo Olímpio, representante do movimento Sem Cobrador não Dá, em *blitz* promovida na Estação Barreiro, na terça-feira, quando cinco linhas de ônibus foram impedidas de deixar o local justamente por estarem sem cobrador. ‘Só não teve mais ônibus porque tentam manipular o sistema’... revelou Marcos Aurélio Soares, do movimento Volta, Cobrador.”

Este é só um resumo da matéria. Aqui fica claro o descumprimento da Lei nº 10.526, de 2002, que é a lei que dispõe sobre a mobilidade urbana, uma lei nacional que deixa muito claro, entre outros fatores, que, para que as empresas possam operar o serviço de transporte coletivo, precisam garantir, entre outras coisas, a segurança do usuário. E está provado que o motorista, assumindo a função de cobrador, coloca não só a sua própria segurança, como a segurança dos passageiros em risco. Já tivemos acidentes graves, motoristas estão simplesmente muito mais estressados, porque a função, por si só, já é uma função estressante. E agora, além de conduzir o veículo, têm de assumir todas as funções dos cobradores. Então não estão cumprindo o que determina a Lei nº 10.526, que é uma questão da segurança. É ilegal.

Há, inclusive, uma ação do Ministério Público Federal, bem como do Ministério Público de Minas Gerais, ajuizada no dia 3/12/2018, que exige a presença dos cobradores e pede ao Conselho Nacional de Trânsito – Contran - que publique uma resolução determinando novas regras. Infelizmente, a gente ainda não viu nenhuma medida do Contran nesse sentido, e há muito atraso na aplicação dessa lei. Seguem, tanto aqui quanto em Uberlândia, o descumprimento, o desrespeito, a falta de segurança, a demissão de mais de seis mil trabalhadores e o descumprimento de um acordo que foi firmado com a prefeitura de que esses 500 contratados assumiriam a função de cobrador. Não, eles estão fazendo outras funções dentro da empresa. Quando ocorre uma *blitz*, eles fazem uma manipulação, correm e fingem que estão atuando como cobradores. Isso é lamentável. E trago aqui novamente essa denúncia. Todo esse processo de demissão dos cobradores iniciou-se justamente quando se deu a instalação das bilheterias eletrônicas. Houve um problema social muito grave, que é a própria demissão de trabalhadores.

A gente sabe que no mundo do trabalho, ainda mais com todas as inovações tecnológicas, as automações dos sistemas, muitas atividades profissionais, profissões estão caminhando para a extinção. Algumas já foram extintas, e outras caminham para isso. Alegam isso, mas não é o caso. A gente sabe que, em breve, em algumas situações, a própria função do motorista pode ser extinta, mas não é o caso. O que está ocorrendo é o seguinte: a função do cobrador não foi extinta. O motorista assumiu a função do cobrador, o que é muito mais grave. O motorista tem de receber, calcular o troco, auxiliar a pessoa com deficiência, auxiliar o idoso, auxiliar a mulher gestante, fazer a fiscalização para ver se alguém pagou ou não a passagem, cumprir o horário do seu itinerário, enfim, além de tudo isso, ainda tem de conduzir com segurança o veículo. São funções totalmente incompatíveis.

É uma crueldade o que estão fazendo com esses trabalhadores, os motoristas. Sem falar do problema social num momento de crise, com milhares de trabalhadores demitidos, sem condições de dar o sustento para as suas famílias.

Então trago aqui, novamente, essa denúncia. Vamos solicitar uma audiência pública. Espero que os representantes das empresas participem e todos os envolvidos. Vamos chamar o Ministério Público, entidades representativas dos usuários, que defendem os direitos dos usuários. Realmente é uma questão muito grave, porque, além de tudo isso, além de todos esses abusos, houve aumento da tarifa. Tanto aqui como em Uberlândia, as empresas economizaram muito em suas planilhas, que não são reveladas para ninguém, é um verdadeiro mistério. Não há transparência nessas contas. Economizaram muito com a demissão dos cobradores, sobrecarregando, sacrificando o motorista, e não houve nenhuma redução na tarifa. Isso é muito grave. Então vamos discutir isso novamente, insistir na defesa dos direitos dos nossos consumidores, porque aqui está estabelecida também uma relação de consumo.

Quero lembrar também um projeto que tramita na Câmara Federal, de autoria do deputado federal Weliton Prado, que dispõe justamente sobre a proibição da dupla função. Ou seja, o motorista não pode acumular a função do cobrador. Se essa lei for aprovada, teremos uma legislação que deixará isso muito claro e resolverá essa questão para todo o País. Mas, enquanto isso não ocorre, a gente apela para que haja mais celeridade nesse processo.

Sabemos que o Ministério Público já acompanha, realiza *blitz*, mas isso não é o suficiente. Não estão cumprindo. A matéria, repito, do jornal *Super Notícia*, traz denúncia dos próprios trabalhadores que foram contratados sobre uma série de problemas aqui relatados. Na região metropolitana, foi exigida a contratação, por parte das empresas, de 500 trabalhadores para atuarem justamente na função de cobrador. Eles estão manobrando veículos dentro dos pátios, trabalhando como faxineiros, limpando roda de veículos. Enfim, não estão cumprindo o papel. Quando há uma *blitz*, eles vão correndo para dentro do ônibus. Isso é uma enganação, não podemos admitir.

Esperamos que haja mais empenho, uma força-tarefa, um esforço maior para que o Ministério Público possa fazer cumprir a legislação, garantir o direito do usuário, que tem a garantia de modicidade tarifária, tarifas mais baratas. O motorista tem o direito de ter a sua integridade física preservada, a sua segurança, porque ele está correndo grave risco e estendendo todo esse risco a todos os usuários que são transportados nos ônibus.

Enfim, Sr. Presidente, é isso. Gostaria de deixar registrada essa denúncia. Quero contar com o apoio dos demais pares desta Casa, afinal de contas são milhares de trabalhadores que estão sofrendo com tarifas altas, e a população sendo sacrificada.

Como eu falei aqui do mundo do trabalho, Sr. Presidente, lembro também essa famigerada reforma da Previdência. Eles não enxergam a realidade do mundo do trabalho, a realidade do mercado de trabalho no Brasil. Ou seja, muita precarização, informalidade. Como é que o cidadão, a cidadã, a pessoa vai conseguir trabalhar, de maneira ininterrupta, por 40 anos? Não tem sentido nenhum a aposentadoria na hora da morte. Esse modelo já se apresentou fracassado em diversos países onde foi adotado. Era essa mesma proposta que está sendo discutida. Quero deixar aqui o nosso posicionamento. Desde o início, na primeira versão dessa reforma, no governo federal anterior, do presidente Temer, até agora, estamos mobilizados o tempo todo, visando esclarecer à população, a fim de que lute pelo seu direito, o direito à aposentadoria.

O que eles estão fazendo, realmente, é simplesmente uma crueldade com o povo, só para agradar o sistema financeiro, os bancos, enfim. O governo poderia muito bem, em vez de fazer essa proposta, que não combate nenhum privilégio, mas, na verdade, retira direitos conquistados pelos trabalhadores, cobrar dos grandes devedores, dos grandes sonegadores. Só as empresas do setor de petróleo tiveram anistia de mais de R\$1.000.000.000.000,00. Essa é a economia que o ministro Paulo Guedes quer obter. Pelo menos R\$1.000.000.000.000,00 já deram de presente para o setor do petróleo. Sem falar nos grandes grupos que têm isenções, que não pagam impostos, que negociam de maneira privilegiada, enquanto a população é sacrificada. Nós apoiamos, sim, uma reforma da Previdência que combata, de fato, privilégio. Privilégio em todos os Poderes. Que combatam os altos salários, que possa tratar das grandes fortunas, dos bancos, ou seja, daqueles que sugam o sangue do povo brasileiro. Mas apresentar uma reforma como essa é inadmissível. Qual o privilégio que tem um professor, uma professora, uma mulher que trabalha no campo? As mulheres, inclusive, são as mais prejudicadas com essa proposta.

Então, quero deixar claro o nosso posicionamento, inclusive é o posicionamento do deputado federal Weliton Prado, contra esse modelo de reforma, que só retira direitos, que penaliza de maneira cruel os trabalhadores brasileiros, as pessoas carentes, os professores, o homem do campo, a mulher do campo, enfim, não combate nenhum privilégio. Queria deixar isso claro aqui. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1/4/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Lélia Margareth Chaves Queiroz Teixeira, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

exonerando, a partir de 8/4/2019, Marília Naves Gonçalves de Almeida, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando Nilza Stefan da Silva, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Ricardo Luiz Ferreira de Mello, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Ana Karoline da Costa Mendes, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

nomeando Hideraldo Costa Alves, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Marcela Lino Cavalheiro, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria do Carmo Silva Vidigal Viana, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Neymar Camilo da Silva, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Nilson Ribeiro de Almeida, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Rodrigo Braga Narciso, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Vitor Diniz Baptista, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, observando o Mandado de Segurança nº 1.0000.18.108602-6/000, assinou o seguinte ato:

nomeando Ana Paula Silva Leão para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Administrativo, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 19º (décimo nono) lugar em concurso público.